

## EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023, DE 19 DEZEMBRO DE 2023

### CONCURSO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS PÚBLICOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES – CIESP

#### Edital Consolidado as Erratas 01 e 02.

O **Consórcio Intermunicipal de Especialidades – CIESP**, em conformidade com os preceitos constitucionais da Administração Pública, em consonância com as disposições do artigo 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e documentos vigentes de regência do Consórcio CIESP (Contrato de Consórcio Público, Estatuto e demais regulamentações internas), bem como nas demais leis vigentes, estabelece as normas para a realização de Concurso Público destinado à contratação de empregados públicos.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso será regido por este Edital, por seus anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade da Fundep.

1.2. O Concurso de que trata este Edital visa à contratação de empregados públicos constantes do Quadro de Pessoal do Consórcio CIESP, conforme as vagas estabelecidas e distribuídas no **ANEXO I** deste Edital.

1.3. O Concurso de que trata este Edital será de Provas Objetivas e **Prova de Redação**.

a) **Prova Objetiva** de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos de Níveis Fundamental incompleto, Fundamental, Médio, Médio Técnico e Superior.

b) **Prova de Redação** de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos de Nível Superior.

1.4. A legislação e as alterações em dispositivos legais e normativos, com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, não serão objeto de avaliação nas provas deste Concurso.

1.5. Este Concurso terá validade de **2 (dois) anos**, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez e por igual período, a critério do Consórcio CIESP.

1.6. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial da cidade de Brasília-DF.

1.7. O Consórcio CIESP e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por inscrições ou recursos não recebidos por falhas de comunicação; eventuais equívocos provocados por operadores das instituições bancárias, assim como no processamento do boleto bancário; congestionamento das linhas de comunicação; falhas de impressão; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência de dados e impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via do boleto bancário.

1.8. O Edital completo deste Concurso poderá ser retirado pelo candidato, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>.

#### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1. A escolaridade mínima exigida dos empregados é discriminada no **ANEXO I** deste Edital.

2.2. A comprovação da escolaridade mínima exigida será feita por meio de documentos comprobatórios devidamente registrados e legalmente reconhecidos, expedidos por instituições de ensino credenciadas no CEE ou no MEC, conforme relacionados nas alíneas “q” e “r” do subitem 14.4 deste Edital.

2.3. Caso o candidato ainda não esteja de posse do diploma, esse documento poderá ser substituído provisoriamente por certidão de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar, emitida por instituição de ensino credenciada.

- 2.4. A Carga Horária de Trabalho exigida para os empregos públicos será conforme o **ANEXO I**.
- 2.5. A remuneração inicial encontra-se discriminada no **ANEXO I**.
- 2.6. Os candidatos nomeados estarão submetidos às normas, condutas, direitos e deveres estabelecidos nas normativas do Consórcio CIESP, na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e nas demais legislações aplicáveis vigentes.
- 2.7. Os candidatos classificados, quando contratados, estarão inseridos nas normas estabelecidas na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e documentos vigentes de regência do Consórcio CIESP (Contrato de Consórcio Público, Estatuto e demais regulamentações internas).
- 2.8. As atribuições gerais dos empregos públicos constam do **ANEXO III** deste Edital.

### 3. DAS VAGAS

- 3.1. Este Concurso oferta um total de **24** (vinte e quatro) vagas, conforme **ANEXO I** deste Edital.
- 3.2. Em atendimento à Lei Estadual nº 11.867, de 28/07/1995, e ao Decreto nº 42.257, de 15/01/2023, 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas por cargo/função neste Concurso serão reservadas a pessoas com deficiência, quando da existência da vacância, conforme o **ANEXO I**.
- 3.3. Considera-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 2º da Lei nº 13.146, de 06/07/2015, e no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99, e suas alterações.
- 3.4. A reserva de vagas será feita de acordo com os critérios definidos pela Lei nº 11.867, de 28/07/1995, e Decreto nº 42.257, de 15/01/2023, combinado com a Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ (visão monocular), observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo.
- 3.5. O percentual de 10% (dez por cento) de reserva de que trata o item 3.2 deste Edital será aplicado sobre o número total de vagas disponibilizadas por cargo/função, conforme disposto no **ANEXO I** deste Edital.
- 3.5.1. Somente haverá vagas imediatas destinadas a candidatos com deficiência para os cargos com vagas ofertadas em número igual ou superior a 5 (cinco). Ou seja, para cargos com menos de 5 (cinco) vagas ofertadas, o candidato classificado figurará na lista de pessoas com deficiência na situação de cadastro reserva para eventuais vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do Concurso.
- 3.6. Ao número de vagas estabelecido no **ANEXO I** deste Edital poderão ser acrescentadas novas vagas autorizadas dentro do prazo de validade do Concurso Público.
- 3.7. Caso novas vagas sejam oferecidas durante o prazo de validade do Concurso Público, 10% (dez por cento) delas serão destinadas a pessoas com deficiência.
- 3.7.1. Na hipótese de o quantitativo a que se refere o item 3.2 resultar em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, conforme artigo 1º, § 1º Lei nº 11.867, de 28/07/1995.
- 3.8. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação, ao conteúdo, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima de aprovação exigida para todos os candidatos.
- 3.9. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso Público, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá sua classificação em listagem classificatória exclusiva dos candidatos nesta condição.
- 3.10. Para cumprimento da reserva estabelecida na Lei Estadual nº 11.867, de 28/07/1995, as vagas reservadas serão providas por candidatos com deficiência aprovados, contratados e submetidos à perícia médica, observada a distribuição de vagas constante do **ANEXO I** deste Edital e a ordem de classificação dos candidatos nessa concorrência.

3.11. A ordem de convocação dos candidatos com deficiência, dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a 2ª vaga será a 21ª vaga, a 3ª vaga será a 41ª vaga, e assim sucessivamente.

3.12. Após a investidura do candidato com deficiência, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação, visto que deve ser compatível com o exercício do emprego público, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência, que impossibilitem a permanência do empregado em atividade.

#### **4. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS**

4.1. O candidato aprovado dentro do número de vagas deste Concurso Público será contratado para o respectivo emprego público se comprovar, na data da contratação:

- a) ser brasileiro nato, naturalizado ou cidadão português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do artigo 12, § 1º da Constituição Federal de 1988;
- b) gozar dos direitos políticos e civis;
- c) estar quite com as obrigações eleitorais;
- d) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, quando se tratar de candidato do sexo masculino;
- e) ter 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação;
- f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do emprego público, a ser aferida em perícia médica oficial, realizada pelo serviço médico do Consórcio CIESP ou serviço contratado para esse fim, ou, em sua falta, de quem este indicar;
- g) os requisitos exigidos para a contratação, nos termos do **ANEXO I** deste Edital;
- h) não ter sofrido, no exercício de função, cargo ou emprego público, penalidade incompatível com a investidura em cargo público, sendo comprovado por declaração assinada pelo candidato;
- i) conhecer, atender e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus Anexos, bem como com as condições previstas em lei.

4.2. O candidato que, na data da contratação, não reunir os requisitos enumerados no subitem 4.1 deste Edital, ou que, por qualquer motivo, não puder comprová-los, perderá o direito à contratação no emprego público para o qual for aprovado.

#### **5. DAS INSCRIÇÕES**

##### **5.1. Disposições gerais**

5.1.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

5.1.2. Antes de efetuar a inscrição e / ou o pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.3. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.1.4. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.

5.1.5. Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por fax, via postal, correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital.

5.1.6. A Ficha Eletrônica de Isenção, o Formulário Eletrônico de Inscrição e o valor pago referente à inscrição são pessoais e intransferíveis.

5.1.7. O pagamento do valor de inscrição, por si só, não confere ao candidato o direito de submeter-se às etapas deste Concurso Público.

5.1.8. O candidato poderá concorrer somente para **1 (um) emprego público do Concurso**, ficando vedada a inscrição para mais de um deles.

5.1.9. Depois de confirmados e transmitidos os dados cadastrados pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição, **não serão aceitos**:

a) Alteração no emprego público/área de conhecimento indicado(a) pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição.

b) Transferências de inscrições ou da isenção do valor de inscrição entre pessoas.

c) Transferências de pagamentos de inscrição entre pessoas.

d) Alteração da inscrição / isenção do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de pessoa com deficiência.

5.1.10. A não comprovação do pagamento do valor de inscrição ou o pagamento efetuado em quantia inferior determinará o cancelamento automático da inscrição.

5.1.11. As informações constantes na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o Consórcio CIESP e a FUNDEP de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, dados pessoais, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto referente ao cargo/área de conhecimento pretendido(a), fornecidos pelo candidato.

5.1.11.1. Declarações falsas ou inexatas constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.12. Não se exigirá do candidato cópia de nenhum documento, no ato do preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição ou da Ficha Eletrônica de Isenção, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados.

5.1.13. O candidato inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário de inscrição.

## **5.2. Procedimentos para inscrição e formas de pagamento**

5.2.1. Os valores a serem pagos a título de inscrição são os seguintes:

- Cargos de Nível Fundamental Incompleto e Fundamental: R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- Cargos de Nível Médio e Médio Técnico: R\$ 70,00 (setenta reais).
- Cargos de Nível Superior: R\$ 90,00 (noventa reais).

5.2.2. As inscrições deverão ser efetuadas via internet, das 9h do dia **20 de fevereiro de 2024** às 17h do dia **19 de abril de 2024**.

5.2.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) das 9h do dia **20 de fevereiro de 2024** às 17h do dia **19 de abril de 2024** por meio do *link* correspondente às inscrições do **Concurso Público do Consórcio CIESP – Edital nº 01/2023**, e efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

a) ler atentamente o Edital disponível nos endereços eletrônicos [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>;

b) preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição, indicando a opção do emprego público/área de

conhecimento para o(a) qual concorrerá, de acordo com o **ANEXO I** deste Edital, confirmar os dados cadastrados e transmiti-los pela internet;

c) gerar e imprimir o boleto bancário para pagamento do valor de inscrição correspondente;

d) efetuar o pagamento da importância referente à inscrição expressa no subitem 5.2.1 deste Edital, até o dia **19 de abril de 2024**, observando o horário de término previsto no item 5.2.2.

5.2.4. O boleto bancário a que se refere o subitem 5.2.3, alínea “c”, será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a *laser* ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras e ser pago até o último dia de inscrição.

5.2.5. O candidato, para efetivar sua inscrição, deverá, obrigatoriamente, efetuar o pagamento do valor da inscrição impresso no boleto bancário, na rede bancária, observados os horários de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária, conforme item 5.2.3, alínea “d”, deste Edital.

5.2.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º (primeiro) dia útil que anteceder o feriado.

5.2.7. A 2ª (segunda) via do boleto bancário somente estará disponível na internet para impressão até o dia **19 de abril de 2024**, ficando indisponível a partir das **17h**.

5.2.8. A impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via deste, em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se o Consórcio CIESP e a Fundep de eventuais dificuldades na leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição, bem como de outros motivos de ordem técnica que não lhes forem imputáveis, por inscrições preliminares não recebidas por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falhas de impressão, problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados e a impressão do boleto bancário.

5.2.9. A inscrição somente será processada e validada após a confirmação à Fundep do pagamento do valor de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o Formulário Eletrônico de Inscrição em que o pagamento não for comprovado ou que for pago a menor.

5.2.10. Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem 5.2.3, alínea “d”, deste Edital.

5.2.11. Não será aceito pagamento do valor de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, PIX, DOC, cheque, cartão de crédito, ordens de pagamento ou por qualquer meio diverso ao previsto neste Edital.

5.2.12. O comprovante provisório de inscrição do candidato será o boleto original devidamente quitado, sem rasuras, emendas e outros, em que conste a data da efetivação do pagamento feito até o último dia de inscrição.

5.2.13. Considera-se efetivada a inscrição do candidato que realizar o pagamento exato do valor de inscrição até a data prevista no subitem 5.2.3, alínea “d”, nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas por meio dos pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição.

5.2.14. Havendo mais de uma inscrição paga ou isenta, independentemente da área de conhecimento escolhida, prevalecerá a inscrição para a qual o candidato comparecer para realizar a prova. Nas demais inscrições ou inscrições realizadas, o candidato será considerado ausente. Não haverá possibilidade de cancelamento das inscrições, e nem responsabilidade do Consórcio CIESP ou da Fundep pela devolução de valores referentes às inscrições realizadas, salvo os casos previstos no item 5.3.

5.2.15. O boleto bancário quitado será o comprovante de requerimento de inscrição do candidato neste Concurso Público. Para esse fim, o boleto deverá estar autenticado ou acompanhado do respectivo comprovante do pagamento realizado até a data limite do vencimento, não sendo considerado para tal o simples agendamento de pagamento, uma vez que este pode não ser processado ante a eventual insuficiência de fundos ou outras situações que não permitam o pagamento efetivo do valor da inscrição.

5.2.16. As inscrições deferidas serão disponibilizadas, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no endereço eletrônico <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>.

5.2.17. Nos casos em que o candidato tiver sua inscrição indeferida, poderá se manifestar formalmente por meio de recursos administrativos previstos no subitem 11.1, alínea “b”, deste Edital.

### **5.3. Da devolução do valor de inscrição**

5.3.1. O valor de inscrição será devolvido ao candidato em casos de suspensão e cancelamento de emprego público ou do Concurso Público, adiamento que acarrete alteração da data da Prova Objetiva, nos casos de duplicidade ou extemporaneidade do pagamento do valor da inscrição, indeferimento da inscrição julgado pela Banca examinadora ou situações inesperadas que impossibilitem a realização da prova na data prevista.

5.3.2. A devolução do valor de inscrição prevista no subitem 5.3.1 deverá ser requerida por meio de formulário de solicitação disponibilizado no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), em até 5 (cinco) dias úteis após a data de publicação do ato que ensejou o cancelamento, suspensão ou a não realização do Certame, por meio de requerimento de restituição do valor da inscrição.

5.3.2.1. Para obter a devolução, o candidato deverá preencher a “Solicitação de Devolução”, disponibilizado exclusivamente para essa finalidade no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br). O candidato, para ter acesso, deverá entrar na “Área do Candidato”, no item “Minhas Inscrições”, e clicar no *link* referente ao Concurso Público do Consórcio CIESP – Edital nº 01/2023.

5.3.2.2. A solicitação de devolução do valor de inscrição ficará disponível durante o prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da disponibilização do resultado definitivo das inscrições.

5.3.3. Para obter a devolução, o candidato deverá informar nome e número do banco, nome e número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito, bem como o nome completo e CPF do titular da conta, caso esta seja de terceiros.

5.3.4. A devolução do valor de inscrição será processada em até 20 (vinte) dias úteis findado o prazo previsto no subitem 5.3.2.2 por meio de depósito bancário na conta bancária indicada na solicitação, nos casos em que todos os dados encaminhados estiverem corretos.

5.3.5. É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor de inscrição, não se podendo atribuir ao Consórcio CIESP e à Fundep a responsabilidade pela impossibilidade de devolução caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.

5.3.6. Será devolvido ao candidato o valor de inscrição pago em duplicidade ou fora do prazo ou com valor em desconformidade com o do valor de inscrição, mediante ao preenchimento do requerimento de restituição do valor da inscrição e comprovação da extemporaneidade ou da duplicidade do pagamento para o mesmo boleto.

5.3.6.1. Nos casos elencados no subitem 5.3.6, o candidato arcará com os custos bancários do boleto para o processamento da devolução.

5.3.6.2. No caso previsto no subitem 5.3.6 deste Edital, o candidato deverá requerer a restituição do valor de inscrição em até 10 (dez) dias corridos após o término das inscrições, por meio do envio do requerimento e da documentação comprobatória da duplicidade e extemporaneidade do pagamento, via e-mail [concurso@fundep.com.br](mailto:concurso@fundep.com.br) ou ainda pessoalmente ou por terceiro munido de procuração com poderes específicos, na Gerência de Concursos da Fundep, localizada na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6627, Unidade Administrativa II, 3º andar, Campus Pampulha da UFMG, Caixa 6985, CEP: 30.120-972, em Belo Horizonte-MG (acesso pela Av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30 (exceto sábados, domingos e feriados).



5.3.6.3. Para devolução de valor prevista no subitem 5.3.6 deste Edital, o requerimento e a documentação deverão ser entregues em envelope fechado e identificado.

5.3.6.4. Para devolução de valor prevista no subitem 5.3.6 deste Edital, o candidato também deverá informar os seguintes dados:

- a) nome completo, número da identidade e número de sua inscrição no Concurso;
- b) nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta, caso a conta seja de terceiros;
- c) número de telefones, com código de área e e-mail para eventual contato.

5.3.7. A devolução do valor de inscrição pago em duplicidade ou fora do prazo ou com quantia em desconformidade com o valor de inscrição estará sujeita à análise do requerimento e documentos comprobatórios e consequente aprovação da Fundep.

5.3.8. O candidato que não requerer a restituição do valor de inscrição no prazo e nas formas estabelecidas no subitem 5.3 deste Edital não poderá requerê-la posteriormente.

#### **5.4. Da isenção do pagamento do valor de inscrição**

5.4.1. O candidato que, em razão da condição de hipossuficiência econômico-financeira, não puder arcar com o pagamento do valor de inscrição, poderá requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, exclusivamente, **das 9h do dia 20 de fevereiro de 2024 às 17h do dia 22 de fevereiro de 2024.**

5.4.1.1. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá comprovar estar regularmente inscrito no Cadastro Único para Programas do Governo Federal – CadÚnico, nos termos do Decreto nº 11.016, de março de 2022, ou comprovar a condição de desemprego / família de baixa renda.

5.4.2. A ficha de isenção do pagamento do valor de inscrição estará disponível para preenchimento no endereço eletrônico [www.gestaodeconcurso.com.br](http://www.gestaodeconcurso.com.br), link correspondente ao Concurso Público do Consórcio CIESP – Edital nº 01/2023 no período constante do item 5.4.1 deste Edital.

5.4.2.1 Para o candidato que não dispuser de acesso à internet, o Consórcio CIESP disponibilizará, durante o período de isenção, computador e impressora para o candidato realizar seu pedido de isenção, no endereço **Rua Morvan Dias de Figueiredo, 11, Centro- Bicas/MG**, no horário das 8h às 16h, exceto aos sábados, domingos, feriados e ponto facultativo.

5.4.3. Para atender à situação prevista no item 5.4.1.1 deste Edital, o candidato deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e indicar seu Número de Identificação Social (NIS) válido, atribuído pelo CadÚnico, no requerimento de isenção quando do seu preenchimento.

**5.4.3.1. A condição de hipossuficiência econômico-financeira é caracterizada pelo registro de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022.**

5.4.3.1.1. Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3.1, o candidato deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 11.016, de 30 de março de 2022, e **preencher na Ficha Eletrônica de Isenção seu Número de Identificação Social (NIS) válido**, atribuído pelo CadÚnico; para essa situação, não é necessário encaminhar documentos físicos para a Fundep, basta informar, em campo específico da ficha de isenção, o número do NIS.

5.4.3.1.2. A Fundep consultará o órgão gestor do CadÚnico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que fornecerá a situação do Número de Identificação Social (NIS) e caracterizará ou não a isenção do candidato.

**5.4.3.1.3. Da condição de desempregado ou de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022.**

5.4.3.1.4. Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3.1.3, o candidato deverá apresentar declaração legível, datada e assinada, na qual informará que é membro de família de baixa renda nos termos do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, conforme o **ANEXO IV** deste Edital.

5.4.4. O pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição que não atender a qualquer das exigências determinadas neste Edital será indeferido.

5.4.5. As informações prestadas na Ficha Eletrônica de Isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, que responderá civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

5.4.6. Não será concedida isenção do pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

a) Omitir informações e / ou torná-las inverídicas.

b) Pleitear a isenção instruindo o pedido de forma incorreta, não atendendo ao disposto no item 5.4.3.1.1. deste Edital.

c) Não observar o prazo estabelecido no item 5.4.1.

d) Preencher as informações incorretamente.

e) Não informar o Número de Identificação Social (NIS) corretamente ou informá-lo nas situações de inválido, excluído, com renda fora do perfil, não cadastrado, de outra pessoa, não informá-lo, com desatualização cadastral por período superior a 48 (quarenta e oito) meses ou outro motivo informado pelo MDS (órgão gestor do CadÚnico).

f) Não observar prazos para submissão dos documentos comprobatórios, quando for o caso.

g) Fraudar e / ou falsificar documento.

5.4.7. Ao candidato que preencher o formulário de inscrição ao invés da ficha de isenção, conforme determinado no item 5.4.2, não será concedida a isenção por descumprimento das normas previstas no Edital.

5.4.8. As informações prestadas na ficha de isenção do pagamento do valor de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.4.9. Informações falsas para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição determinará o cancelamento da inscrição / isenção e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.10. Não será aceita solicitação de isenção do pagamento de valor de inscrição via correio eletrônico, via postagem ou qualquer outra forma que não seja prevista neste Edital.

5.4.11. A comprovação da tempestividade da ficha de isenção do pagamento do valor de inscrição será feita pelo registro da data de preenchimento da ficha de isenção.

5.4.12. O pedido de isenção do pagamento do valor de inscrição que não atender a quaisquer das exigências determinadas neste Edital será indeferido, assegurado ao candidato o direito de recurso previsto no item 11.1, alínea "a", deste Edital.

5.4.13. A apuração do resultado da análise do requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição em que constará a listagem dos candidatos por nome em ordem alfabética, número de inscrição e a informação sobre deferimento ou indeferimento será disponibilizada, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Órgão Oficial do Consórcio CIESP.

5.4.14. O candidato que tiver sua solicitação de isenção deferida terá sua inscrição efetivada automaticamente no Concurso e deverá consultar e conferir o seu Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI.



5.4.15. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição indeferidos e que mantiverem interesse em participar do Certame deverão efetuar sua inscrição acessando o *link* de impressão da 2ª (segunda) via do boleto bancário, imprimindo-a e efetuando o pagamento do valor de inscrição, conforme disposto no item 5.2.3 e subitens.

5.4.16. Caberá recurso contra o indeferimento do pedido de isenção do pagamento do valor de inscrição, conforme o item 11.1, alínea “a”, deste Edital

5.4.17. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato como isento será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## 6. DA INSCRIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1. Para fins de reserva de vagas conforme previsto, considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 5.296/2004, combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, assim definidas:

a) **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

b) **Deficiência auditiva:** perda unilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

c) **Deficiência visual:** deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

d) **Deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; trabalho; conforme Convenção ONU – Psicossociais – Esquizofrenia, outros transtornos psicóticos, outras limitações psicossociais; conforme Lei nº 12.764/12 – Espectro Autista.

e) **Deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências.

6.2. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela legislação é assegurado o direito de inscrição para a reserva de vagas em Concurso Público, nos termos do item 3.3 deste Edital, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições do emprego público com a deficiência apresentada.

6.3. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições dos empregos públicos / especialidades.

6.4. No ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá declarar que está ciente das atribuições do emprego público / especialidade para o(a) qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo(a), estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições.

6.5. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais concursados da ampla concorrência, observada a ordem de classificação.

6.6. O candidato com deficiência, durante o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item 5 deste Edital, deverá:

a) informar ser pessoa com deficiência;

- b) selecionar o tipo de deficiência;
  - c) especificar a deficiência;
  - d) informar se necessita de condições especiais para realização das provas e indicá-las, nos termos do artigo 4º, § 1º, do Decreto Federal nº 9.508/2018;
  - e) manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.
- 6.7. O candidato com deficiência que não preencher os campos específicos do Formulário Eletrônico de Inscrição e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.
- 6.8. Para solicitar inscrição na reserva de vagas, o candidato com deficiência deverá encaminhar, **até o último dia de inscrição**, Laudo Médico, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência. O Laudo Médico deverá ser apresentado em via original ou cópia autenticada em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas). Nos documentos que constarem o verso em branco, deverá ser batido um carimbo com a expressão “Em branco”.
- 6.9. O Laudo Médico deve conter todas as informações necessárias que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e alterações, combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.
- 6.9.1. Laudos emitidos por outros profissionais da saúde poderão ser utilizados de forma complementar, mas não substitui o Laudo **Médico** previsto nos itens 6.8 e 6.9.
- 6.9.2. Apresentação de exames médicos não substitui o previsto no item 6.8 e 6.9.
- 6.10. O Laudo Médico deverá ser digitalizado em um único arquivo de extensão PDF e submetido via *upload* na “Área do Candidato”, no *link* específico, observando o tamanho limite de 5 (cinco) *megabytes* e respeitando o prazo previsto no item 6.8.
- 6.11. O candidato com deficiência, além do envio do Laudo Médico indicado no item 6.8 deste Edital, deverá assinalar, no Formulário Eletrônico de Inscrição ou na Ficha Eletrônica de Isenção de pagamento do valor de inscrição, nos respectivos prazos, o interesse em concorrer à reserva de vaga e à condição especial de que necessitar para a realização da prova, quando houver.
- 6.12. Os documentos indicados no item 6.8 deste Edital terão validade somente para esta etapa do Concurso Público.
- 6.13. O Laudo Médico será considerado para análise do enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.
- 6.14. Perderá o direito de concorrer às vagas destinadas neste Edital aos candidatos com deficiência, mesmo que declarada tal condição na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato que:
- a) Não entregar o Laudo Médico.
  - b) Entregar o Laudo Médico fora do prazo estabelecido no item 6.8.
  - c) Entregar o Laudo Médico sem data de expedição.
  - d) Entregar Laudo Médico que não contenha a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID).
  - e) Entregar Laudo Médico que não contenha informações suficientes que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e alterações, combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.
  - f) Entregar Laudo Médico digitalizado, sem que se permita a perfeita condição para análise, não podendo estar ilegível, dobrado, amassado, incompleto, cortado ou com qualidade que impossibilite a avaliação.

- g) Apresentar Laudo emitido por profissionais de saúde que não sejam médicos.
- h) Apresentar exames ou invés do Laudo Médico.
- i) Informar ser deficiente, mas não requerer a participação da reserva de vagas.

6.15. Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6 e subitens deste Edital, não concorrerão às vagas reservadas para pessoas com deficiência.

6.16. A realização das provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato com deficiência será condicionada à legislação específica e à possibilidade técnica examinada pela Fundep.

6.17. O candidato poderá consultar o resultado da concorrência na reserva de vagas destinada a pessoa com deficiência no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), e em caso de indeferimento, o candidato poderá interpor recurso conforme previsto no item 11, alínea “c”, deste Edital.

6.18. Será indeferido qualquer recurso em favor de candidato com deficiência que não seguir as instruções constantes deste Edital para inscrição nesta condição.

6.19. O Consórcio CIESP e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por Laudo não recebido por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados.

## **7. PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

7.1. As condições especiais de realização das provas poderão ser requeridas tanto para pessoas com deficiência quanto para pessoas que, em razão de alguma limitação temporária, tenha necessidade.

7.2. O candidato poderá requerer, no ato da inscrição ou no momento do pedido de isenção do valor de inscrição, atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas.

7.2.1. A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato, assim consideradas aquelas que possibilitam a prestação do exame respectivo, será condicionada à solicitação do candidato e à legislação específica, devendo ser observada a possibilidade técnica examinada pela Fundep.

7.2.2. A Fundep assegurará aos candidatos com deficiência locais de fácil acesso, sem barreiras arquitetônicas e, quando for o caso, pessoas, equipamentos e instrumentos para auxílio durante a realização das provas.

7.2.3. O candidato com deficiência deverá requerer condições especiais (ledor, intérprete de LIBRAS, prova ampliada, auxílio para transcrição ou sala de mais fácil acesso). Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a prova sem as condições especiais não solicitadas.

7.2.4. O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar sua condição, informando, na solicitação, que necessita de auxílio para transcrição das respostas. Nesse caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo o Consórcio CIESP e a Fundep serem responsabilizados, sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

7.3. O candidato que solicitar condições especiais para realização da prova deverá assinalar, na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da prova, quando houver.

7.4. O candidato que eventualmente não proceder conforme disposto no subitem 7.3 deste Edital, não indicando nos requerimentos de inscrição e / ou isenção a condição especial de que necessita, não terá a condição atendida.

7.5. O candidato que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá submeter um parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional

solicitado pelo candidato, nos termos do § 2º do artigo 4º do Decreto Federal nº 9.508/2018, até o término do período das inscrições.

7.5.1. O tempo adicional de que trata o item 7.5 fica limitado ao acréscimo de até 60 (sessenta) minutos no tempo de prova.

7.6. As pessoas com deficiência visual que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 18 em A3. O participante com baixa visão que, além de prova ampliada, tiver solicitado auxílio de leitor ou transcritor será atendido em sala individual. Se necessária uma prova ampliada em papel especial ou fonte superior a corpo 18, o candidato deve enviar Laudo Médico especificando a necessidade de forma justificada. O número de candidatos com prova ampliada que não tiver solicitado auxílio de leitor ou transcritor será de, no máximo, 15 (quinze) por sala.

7.7. Às pessoas com deficiência auditiva que solicitarem condições especiais serão oferecidos intérpretes de LIBRAS **somente** para tradução das informações e / ou orientações para realização da prova.

7.8. A critério médico devidamente comprovado, por meio de Laudo Médico, o candidato que não estiver concorrendo às vagas reservadas a pessoas com deficiência, e que por alguma razão necessitar de atendimento especial para a realização das provas, deverá submeter à Fundep, durante o período de inscrição, um parecer médico, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação, acompanhado do respectivo Laudo Médico contendo o CID. A concessão do atendimento especial fica condicionada à possibilidade técnica examinada pela Fundep.

7.9. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo, desde que assim o requeira, conforme o disposto no subitem 7.10 deste Edital.

7.10. A solicitação deverá ser realizada durante o período de inscrição, no requerimento de inscrição ou isenção, devendo ser assinalado no item condições especiais “Lactante – sala para amamentação”.

7.10.1. O candidato que não apresentar a solicitação no prazo estabelecido no subitem 7.10 deste Edital, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas, sendo tal avaliação realizada pela Coordenação local do Concurso no dia da aplicação das provas.

7.10.2. Na hipótese de não cumprimento do prazo estipulado no subitem 7.10 deste Edital, o atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido pela Fundep.

7.10.3. Haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata, de no máximo 30 (trinta) minutos.

7.10.4. Para amamentação, a criança deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação local deste Concurso Público.

7.10.5. A criança deverá estar acompanhada somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste Concurso. O responsável por acompanhar a criança deverá seguir os mesmos procedimentos dos candidatos no que se refere à proibição de uso de eletrônicos, celular etc.

7.10.6. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de uma fiscal, do sexo feminino, da Fundep, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

7.10.7. Nos momentos necessários à amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

7.10.8. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários e na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e a fiscal, sendo vedada a permanência de quaisquer outras pessoas.

7.10.9. Em nenhuma hipótese, a criança poderá permanecer dentro da sala de aplicação de provas ou sozinha em outro ambiente.

7.10.10. A Fundep não disponibilizará acompanhante para guarda de criança, devendo a candidata lactante levar acompanhante para tanto, sob pena de não poder realizar as provas.

## 7.11. DO TRATAMENTO PELO NOME SOCIAL / RETIFICAÇÃO

7.11.1. A Fundep, nos termos da legislação vigente, assegurará ao candidato o tratamento pelo nome social.

7.11.2. O candidato que desejar tratamento pelo nome social, ou tiver realizado retificação de registro nos documentos oficiais, deverá cadastrar os dados pessoais ou alterar o cadastro já existente antes de realizar a inscrição.

7.11.3. Para ser identificado pelo nome social, o candidato deverá, obrigatoriamente, proceder conforme item 7.11.2 e, no dia da prova, apresentar ao fiscal de sala o documento de identificação oficial com foto contendo o nome social com o qual se inscreveu.

7.11.4. A não apresentação do documento de identificação oficial com foto contendo o nome social com o qual se inscreveu não impedirá o candidato de realizar a prova, desde que seja apresentado um dos documentos previstos no item 9.3.16.

7.11.5. Para fins de identificação do candidato, caso o documento apresentado não esteja de acordo com o previsto no item 7.11.3, o candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença e nas folhas de respostas conforme assinatura do documento de identificação oficial apresentado.

7.11.6. A Fundep, com base na Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais – CNCD/LGBT, poderá solicitar o documento de registro civil para ser adotado conjuntamente com o nome social.

## 8. DA COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO

8.1. A Fundep divulgará no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), para consulta e impressão pelo próprio candidato, **até o dia 20 de maio de 2024**, o Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), que conterá a data, o horário e o local de realização das provas.

8.2. É de inteira responsabilidade do candidato consultar no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) as informações relativas ao horário e ao local da prova.

8.3. No CDI, estarão expressos nome completo do candidato, nº de inscrição, nome e código do cargo / área de conhecimento para o qual concorre, número do documento de identidade, data de nascimento, data, horário, local de realização das provas (escola / prédio / sala) e outras orientações úteis ao candidato.

8.4. É obrigação do candidato conferir no CDI seu nome, o número do documento utilizado na inscrição, a sigla do órgão expedidor, bem como a data de nascimento.

8.5. Eventuais erros de digitação ocorridos durante o preenchimento dos requerimentos de inscrição ou isenção, tais como nome do candidato, nome social e codinome, número do documento de identidade utilizado na inscrição, sigla do órgão expedidor ou data de nascimento, deverão ser corrigidos pelo próprio candidato diretamente no sistema disponível no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), em “Minhas Inscrições”, clicar na inscrição e realizar a correção dos dados pessoais até o **dia 02 de junho de 2024**.

8.5.1. **Após o dia 02 de junho de 2024**, as informações prestadas serão definitivas para este Concurso Público e não poderão ser alteradas ou retificadas no requerimento de inscrição e nos atos que forem publicados.

8.5.1.1. O Consórcio CIESP e a Fundep não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de não observância no item 8.5.

8.5.1.2. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da correção de dados prevista no item 8.5.

8.6. O candidato que não realizar a correção dos dados pessoais, até a data prevista no item 8.5, não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

8.7. Em nenhuma hipótese serão efetuadas alterações e / ou retificações de informações relativas ao cargo / área de conhecimento, bem como à condição em que concorre (vagas de ampla concorrência ou reservadas a pessoas com deficiência) confirmadas e transmitidas pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição.

## 9. DAS PROVAS

### **9.1.1. Da data e do local de realização das Provas Objetivas:**

9.1.2. A aplicação da Prova Objetiva ocorrerá no dia **26 de maio de 2024** e será realizada no Município de Bicas-MG, sendo a duração de 4 (quatro) horas de prova para todos os cargos.

9.1.3. As provas serão realizadas em **um único turno**.

9.1.4. A confirmação da data de realização da prova poderá ser consultada pelo próprio candidato a partir do dia **20 de maio de 2024** no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI).

9.1.5. Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados, domingos ou feriados.

9.1.6. O candidato somente poderá realizar as provas em data, local e horários definidos no Comprovante Definitivo de Inscrição de que trata o subitem 8.1 deste Edital.

9.1.7. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização da prova, para fins de justificativa de sua ausência.

9.1.8. Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de locais adequados no Município de Bicas-MG, a Fundep reserva-se o direito de alocá-los em outra localidade, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

### **9.2. Da Prova Objetiva:**

9.2.1. A primeira etapa deste Concurso será constituída de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, que será aplicada a todas vagas de emprego público.

9.2.2. As disciplinas e o número de questões da Prova Objetiva estão definidos no **ANEXO II** deste Edital.

9.2.2.1. A Prova Objetiva será composta da seguinte forma:

- a) **Nível Fundamental Incompleto e Fundamental Completo:** 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha;
- b) **Nível Médio, Médio Técnico:** 30 (trinta) questões de múltipla escolha;
- c) **Nível Superior:** 30 (trinta) questões de múltipla escolha.

9.2.3. Cada questão da Prova Objetiva terá 4 (quatro) alternativas de respostas, devendo ser marcada como resposta apenas 1 (uma) alternativa por questão.

9.2.4. As questões da Prova Objetiva versarão sobre os Conteúdos Programáticos e Referências sugeridas conforme no **ANEXO V** deste Edital.

9.2.5. Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos pontos e não zerar nenhuma das disciplinas da prova.

9.2.6. Será excluído deste Concurso o candidato que não obtiver a pontuação mínima exigida para aprovação nos termos do subitem 9.2.5 e **ANEXO II** deste Edital.

### **9.2.7. Da Prova de Redação:**

9.2.7.1. As provas serão aplicadas na mesma data e horário de realização da Prova Objetiva para os candidatos de todos os cargos de Nível Superior e será de caráter eliminatório e classificatório.



9.2.8. A Prova de Redação será composta de uma redação, que deverá ser elaborada com no mínimo 15 (quinze) linhas para que seja corrigida. Se o candidato não atingir esse número de linhas, a ele será atribuída nota 0 (zero) na Redação.

9.2.9. A Prova de Redação deverá ser elaborada com no mínimo 15 (quinze) e no máximo 30 (trinta) linhas.

9.2.10. O que for escrito além do espaço destinado ao candidato não será considerado, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão de sua resposta (PO, M, SV, CC e CP).

9.2.11. Serão corrigidas as redações dos candidatos aprovados e que obtiverem as melhores notas na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, considerando o quantitativo previsto no **ANEXO II-A**.

9.2.12. Ao total do número de redações a corrigir, conforme estabelecido no **ANEXO II-A** deste Edital, serão acrescidas aquelas correspondentes aos candidatos cujas notas empatarem com o último classificado na listagem geral.

9.2.12.1. Serão corrigidas as provas de todos os candidatos inscritos na reserva de vaga na condição de pessoa com deficiência, que atenderem ao item 9.2.5.

9.2.13. A redação deverá evidenciar o domínio da linguagem, o aprofundamento do pensamento e a capacidade de argumentação do candidato:

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS DE ACORDO COM A NORMA-PADRÃO	TOTAL DE PONTOS	PONTOS DESCONTADOS POR ERRO
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) – (PO)	4,0 pontos	0,25 ponto
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe) – (M)	4,0 pontos	0,25 ponto
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade) – (SV)	2,0 pontos	0,50 ponto
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto) – (CC)	5,0 pontos	1,0 ponto
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado) – (CP)	5,0 pontos	1,0 ponto
<b>TOTAL</b>	<b>20,0 pontos</b>	–

9.2.14. A Prova de Redação terá o valor de 20 (vinte) pontos.

9.2.15. Será eliminado do Concurso o candidato que não obtiver o mínimo de 10 (dez) pontos do total dos pontos da Prova de Redação.

9.2.16. A redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:

- a) Versar sobre tema diverso do estabelecido.
- b) For considerada ilegível ou for desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à norma-padrão da Língua Portuguesa ou em idioma diverso.
- c) Apresentar qualquer tipo de identificação do candidato.
- d) Não atingir o número mínimo de 15 (quinze) linhas estabelecidos.
- e) For redigida fora do espaço definido.
- f) Não for escrita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- g) Apresentar uso de corretivos.
- h) Não apresentar assinatura ou preenchimento correto dos dados pessoais do caderno definitivo da Prova de Redação.

9.2.17. Será adotado processo que impeça a identificação do candidato por parte da banca examinadora, garantindo-se o sigilo do julgamento.

9.2.18. Na Prova Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar / campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação.

### **9.3. Das condições de realização das provas:**

9.3.1. As **Provas Objetivas** serão aplicadas no município de Bicas-MG, no **dia 26 de maio de 2024**, ficando esta data subordinada à disponibilidade de locais adequados à realização das provas.

9.3.2. Não haverá segunda chamada para realização das provas prevista neste Edital, devendo ser eliminado deste Concurso Público o candidato ausente por qualquer motivo.

9.3.3. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, salvo nas hipóteses previstas no subitem 7.5.

9.3.4. Período de Sigilo: não será permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorridas **2 (duas) horas** do início das provas.

9.3.5. Ao terminar a Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Prova Redação, quando for o caso, o candidato entregará ao fiscal o Caderno de Provas, o Cartão de Respostas e o Caderno de Prova Redação devidamente assinados nos locais apropriados.

9.3.6. Será permitido ao candidato levar o rascunho contendo somente as marcações das respostas da Prova Objetiva. O rascunho será destacado mediante a conferência do fiscal da sala.

9.3.7. O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), no rascunho da prova objetiva e / ou em quaisquer outros meios, que não os permitidos neste Edital e especificados na capa da prova.

9.3.8. O tempo de duração das provas abrange a assinatura e a transcrição das respostas para a folha de respostas e para os cadernos definitivos, quando for o caso.

9.3.9. O sinal sonoro para início das provas será emitido até 15 (quinze) minutos após o fechamento do portão. Esse tempo será destinado para recepção e identificação do candidato que tenha entrado no prédio no horário limítrofe, abertura do pacote de provas nas salas e sua distribuição.

9.3.10. Será eliminado deste Concurso Público o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

9.3.11. Não será permitido ao candidato prestar provas fora da data, do horário estabelecido ou do espaço físico determinado pela Fundep.

9.3.12. O ingresso do candidato na sala para a realização das provas somente será permitido dentro do horário estabelecido pela Fundep, informado no CDI e divulgado na forma prevista no Edital.

9.3.13. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova 60 (sessenta) minutos antes do horário previsto para o início da realização das provas, munidos do original de documento de identidade oficial com foto, caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente e preferencialmente do Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI ou do boleto original quitado com comprovante de pagamento.

9.3.14. Os candidatos não poderão utilizar-se, em hipótese alguma, de lapiseira, corretivos ou lápis-borracha ou outro material distinto do constante no subitem 9.3.13.

9.3.15. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identificação com o qual se inscreveu neste Concurso Público, o candidato poderá apresentar outro documento de identificação equivalente, conforme disposto no subitem 9.3.16 deste Edital.

9.3.16. Serão considerados documentos de identidade oficial: Cédula Oficial de Identidade (RG), Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (OAB, CRP etc.), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certificado de Reservista com foto, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com foto e Passaporte válidos, documentos digitais com foto (e-Título, CNH digital e RG digital) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais.

9.3.17. Nos casos em que for apresentado documento digital para fins de identificação, o CIESP e a Fundep não se responsabilizam por eventuais falhas e / ou inoperância dos aplicativos oficiais, ausência de sinal de internet, ou qualquer situação que impossibilite a apresentação do documento em formato digital.

9.3.17.1. Não serão aceitas cópias, ainda que autenticadas, cópias on-line, foto do documento impresso ou on-line, ou até mesmo PDF que o aplicativo possa vir a gerar.

9.3.18. O documento de identificação deverá estar em perfeita condição, a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato e deverá conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.

9.3.19. Não será realizada a coleta de impressão digital do candidato que não estiver portando documentos de identidade ou portando documentos com prazo de validade vencido, ilegíveis, não identificáveis e / ou danificados.

9.3.20. O candidato que não apresentar documento de identificação oficial, conforme descrito no subitem 9.3.16 deste Edital, não poderá fazer a prova.

9.3.21. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença de acordo com aquela constante no seu documento de identidade apresentado.

9.3.22. Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

9.3.23. Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e / ou permanência de pessoas não autorizadas pela Fundep, salvo o previsto no subitem 7.10.5 deste Edital.

9.3.24. A inviolabilidade dos malotes das provas será comprovada no momento do rompimento de seus lacres, mediante termo formal, na presença de, no mínimo, 2 (dois) candidatos convidados aleatoriamente nos locais de realização das provas.

9.3.25. Será proibido, durante a realização das provas, portar ou fazer uso de, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, lápis, borracha, corretivo, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, podendo a organização deste Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

9.3.26. O candidato deverá levar somente os objetos citados nos itens 9.3.13 e 9.3.16 deste Edital. Caso assim não proceda, os pertences pessoais serão deixados em local indicado pelos aplicadores durante todo o período de permanência dos candidatos no local da prova, não se responsabilizando o CIESP e a Fundep por perdas, extravios, furto, roubo ou danos que eventualmente ocorrerem.

9.3.27. Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à Fundep, serão guardados pelo prazo de 90 (noventa) dias e encaminhados posteriormente à:

- a) Seção de achados e perdidos dos Correios, se tratando de documentos.
- b) Instituições assistencialistas, se tratando de objetos.

9.3.28. Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.

9.3.29. Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou similares.

9.3.30. As provas serão distribuídas aos candidatos após a autorização da Coordenação do Prédio.

9.3.31. Será vedado ao candidato o porte de arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte.

9.3.32. As instruções constantes no Caderno de Questões e na Folha de Resposta da Prova Objetiva e na Prova de Redação, quando for o caso, bem como as orientações e instruções expedidas pela Fundep durante a realização das provas, complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.

9.3.33. O candidato **NÃO** poderá levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva e Redação, quando for o caso.

9.3.34. Findo o horário limite para a realização da prova, o candidato deverá entregar a Folha de Respostas da Prova Objetiva e da Prova Redação, quando for o caso, devidamente preenchida e assinada ao Aplicador de Sala.

9.3.35. O candidato será submetido a detector de metais durante a realização das provas na entrada e saída dos banheiros ou quando houver indício de fraude.

9.3.36. Poderá, ainda, ser eliminado o candidato que:

- a) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes.
- b) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público, por qualquer meio.
- c) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.
- d) Portar arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte.
- e) Portar, mesmo que desligados, ou fizer uso de, durante o período de realização das provas, quaisquer equipamentos eletrônicos, como relógios, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palm-top*, agenda eletrônica, gravador ou outros similares, ou instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefone celular, *beep*, *pager*, entre outros.
- f) Fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações.
- g) Deixar de atender às normas contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas da Prova Objetiva e o Caderno Definitivo da Prova Redação, quando for o caso, e demais orientações e instruções expedidas pela Fundep, durante a realização das provas.
- h) Se recusar a submeter-se a detector de metais e não apresentar documento de identificação conforme especificado no subitem 9.3.16 e, ainda, se estes estiverem com prazos de validade vencidos, ilegíveis, não identificáveis e / ou danificados.
- i) Deixar de entregar o caderno da Prova Objetiva e a Folha de Respostas da Prova Objetiva e de Redação, quando for o caso, findo o prazo limite para realização da prova.

j) Entregar a Folha de respostas da Prova Objetiva e de Redação, quando for o caso, sem estar devidamente preenchida e assinada no local indicado.

9.3.37. Caso ocorra alguma situação prevista no subitem 9.3.36 deste Edital, a Fundep lavrará ocorrência e, em seguida, encaminhará o referido documento à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público do Consórcio CIESP, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, ouvida a Fundep no que lhe couber.

9.3.38. Somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas aos portadores de deficiência.

9.3.39. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas da Prova Objetiva e Redação, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

9.3.40. Não haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva e Redação, quando for o caso, por erro do candidato.

9.3.41. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização destas, retirando-se da sala de prova de uma só vez. Nas salas que por atendimento a condição especial para realização das provas tiver apenas um candidato, ao término da prova, a Ata de sala será assinada pelo candidato, pelo aplicador e por um fiscal para atestar a idoneidade da fiscalização.

9.3.42. Na correção da Folha de Respostas, serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contiverem mais de uma resposta e as rasuradas.

9.3.43. Será considerada nula a Folha de Respostas da Prova Objetiva e de Redação, quando for o caso, que estiver marcada ou escrita, respectivamente, a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação ou sinal distintivo (nome, pseudônimo, símbolo, data, local, desenhos ou formas) produzido pelo candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

9.3.44. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos serão divulgados nos endereços eletrônicos [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>, no dia subsequente à data da prova.

9.3.45. Quando, após as provas, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado meios ilícitos, sua prova será anulada e este será automaticamente eliminado deste Concurso.

## 10. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE DOS CANDIDATOS

10.1. Será considerado aprovado neste Concurso o candidato que obtiver a pontuação mínima exigida para aprovação na Prova Objetiva conforme **ANEXO II e item 9.2.5**.

10.2. A nota final dos candidatos aprovados neste Concurso Público será igual ao total de pontos obtidos na Prova Objetiva, acrescido dos pontos da Prova de Redação, quando for o caso.

10.3. O total de pontos obtido na Prova Objetiva será igual à soma dos pontos obtidos em todos os conteúdos.

10.4. Na hipótese de igualdade de nota final entre candidatos, serão aplicados critérios de desempate para todos os cargos, tendo preferência, sucessivamente, o candidato que tiver:

a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), sendo considerada, para esse fim, a data de realização das Provas Objetivas.

b) Maior número de pontos na Prova Redação, quando for o caso.

- c) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Específicos, quando for o caso.
- d) Maior número de pontos na Prova Objetiva, nas questões de Língua Portuguesa.
- e) Maior número de pontos na Prova Objetiva, nas questões de Legislação, quando for o caso.
- f) Maior número de pontos na Prova Objetiva, nas questões de Matemática ou Matemática e Raciocínio Lógico, quando for o caso.
- g) Maior número de pontos na Prova Objetiva, nas questões de Raciocínio Lógico, quando for o caso.
- h) Maior número de pontos na Prova Objetiva, nas questões de Informática, quando for o caso.
- i) Maior número de pontos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Gerais.
- j) Idade maior.
- k) Permanecendo o empate, sorteio.

10.5. Os candidatos aprovados neste Concurso serão classificados em ordem decrescente de nota final, observada a área de conhecimento para os quais concorreram.

10.6. A classificação dos candidatos aprovados será feita em duas listas, a saber:

- a) A primeira lista conterà a classificação de todos os candidatos, ampla concorrência e aqueles inscritos na condição de pessoas com deficiência, respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram.
- b) A segunda lista conterà especificamente a classificação dos candidatos inscritos na condição de pessoas com deficiência, respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram.

10.7. O resultado final deste Concurso será disponibilizado, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Órgão Oficial do CIESP, em que constarão as notas finais dos candidatos aprovados, assim como a classificação por eles obtida.

10.8. O candidato não aprovado será excluído do Concurso e não constará da lista de classificação.

10.9. Não haverá divulgação da relação de candidatos reprovados.

10.9.1. O candidato reprovado poderá obter a informação sobre a sua situação neste Concurso Público através de consulta individual no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) após a publicação dos resultados.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá interposição de recurso fundamentado à Fundep, no prazo de 3 (três) dias úteis, no horário das 9h do primeiro dia às 23h59 do último dia, ininterruptamente, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso, em todas as decisões proferidas e que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, tais como nas seguintes situações:

- a) Contra indeferimento do pedido de isenção do valor de inscrição.
- b) Contra indeferimento da inscrição.
- c) Contra indeferimento da inscrição como pessoa com deficiência e do pedido de condição especial para realização das provas.
- d) Contra o gabarito preliminar e o conteúdo das questões da Prova Objetiva.
- e) Contra a nota (totalização de pontos) na Prova Objetiva.
- f) Contra o resultado da Prova de Redação.
- g) Contra a classificação preliminar no Concurso.



11.1.1. No caso de indeferimento da inscrição, item 11.1, alínea “b”, deste Edital, além de proceder conforme disposto no item 11.2, o candidato deverá, obrigatoriamente, enviar para o e-mail [concurso@fundep.ufmg.br](mailto:concurso@fundep.ufmg.br), ou pessoalmente na Fundep, no endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6.627, Unidade Administrativa II, 3º andar, Campus Pampulha da UFMG em Belo Horizonte-MG (acesso pela Av. Antônio Abrahão Caram, Portão 2), no horário das 9h às 11h30 e das 13h30 às 16h30 (exceto sábados, domingos e feriados), cópia legível do comprovante de pagamento do valor da inscrição, com autenticação bancária, bem como de toda a documentação e das informações que o candidato julgar necessárias à comprovação da regularidade de sua inscrição.

11.1.2. Para interposição de recurso mencionado nas alíneas “e” e “f” do subitem 11.1 deste Edital, o candidato terá vista da sua folha de respostas da Prova Objetiva e vista da Prova de Redação, por meio de arquivo digitalizado, no período recursal, disponibilizado exclusivamente para essa finalidade no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br). O candidato, para ter acesso, deverá entrar na “Área do Candidato”, no item “Minhas Inscrições”, e clicar no *link* referente ao Concurso Público do CIESP – Edital nº 01/2023.

11.2. Os recursos mencionados no subitem 11.1 deste Edital deverão ser encaminhados exclusivamente via internet pelo endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), por meio do *link* correspondente a cada fase recursal, conforme discriminado no subitem 11.1, que estará disponível das 9h do primeiro dia recursal às 23h59min do terceiro dia recursal.

11.3. Os recursos devem seguir às determinações constantes no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e:

- a) não conter qualquer identificação do candidato no corpo do recurso a que se refere as alíneas “d” e “e” do subitem 11.1;
- b) ser elaborados com argumentação lógica, consistente e acrescidos de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seus questionamentos;
- c) apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso;
- d) indicar corretamente o número da questão e as alternativas a que se refere o recurso;
- e) após a submissão do recurso, não será permitido editá-lo ou excluí-lo.

11.4. Para situação mencionada no item 11.1, alíneas “d” e “e” deste Edital, será admitido um único recurso por questão, devidamente fundamentado.

11.5. Não serão aceitos recursos coletivos.

11.6. Serão indeferidos os recursos que:

- a) não estiverem devidamente fundamentados;
- b) não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
- c) forem encaminhados via fax, telegrama, ou via internet fora do endereço eletrônico / *link* definido no item 11.2, com exceção a situação prevista no item 11.1.1;
- d) forem interpostos em desacordo com o prazo conforme estabelecido no item 11.1;
- e) apresentarem, no corpo da fundamentação, outras questões que não a selecionada para recurso.

11.7. Não serão deferidos os recursos a que se refere o item 11.1 que não atenderem às formas e aos prazos determinados neste Edital.

11.8. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado no subitem 11.1 deste Edital.

11.9. A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br).

11.10. Após a divulgação oficial de que trata o subitem 11.9 deste Edital, a fundamentação objetiva da decisão da banca examinadora sobre o recurso ficará disponível para consulta individualizada do candidato no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), na “Área do Candidato”, no item “Meus Recursos”, até o encerramento deste Concurso Público.

11.11. A decisão de que trata o subitem 11.9 deste Edital terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

11.12. Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.

11.13. Alterado o gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.

11.14. Na ocorrência do disposto nos itens 11.12 e 11.13 deste Edital, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

11.15. Não haverá reapreciação de recursos.

11.16. Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação, a suplementação e / ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais previstos neste Edital.

11.17. A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

11.18. Após análise dos recursos, será disponibilizada a decisão, por *download* do arquivo, no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br).

11.18.1. Em caso de alteração do resultado, será publicada a reclassificação dos candidatos e a divulgação da nova lista de aprovados.

11.19. O Consórcio CIESP e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por recursos não recebidos por falhas de comunicação; congestionamento das linhas de comunicação; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados.

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO**

12.1. O resultado final do Concurso Público poderá ser homologado parcialmente considerando o término das etapas contidas em cada emprego público, por meio de Ato do Presidente do CIESP.

12.2. O ato de homologação do resultado final do Concurso Público será obtido por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Órgão Oficial do CIESP e fixado na entrada principal do CIESP.

## **13. DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS**

### **13.1. Das Disposições Gerais:**

13.1.1. Todos os candidatos contratados em decorrência de aprovação neste Concurso Público deverão se submeter, previamente à contratação, a Exame Médico Pré-Admissional, sob a responsabilidade do serviço médico oficial do CIESP, que concluirá quanto à sua aptidão física e / ou mental para o exercício do cargo.

13.1.2. Para a realização do Exame Pré-Admissional, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos: a) fotocópia da publicação da convocação para exames médicos; b) documento original de

identidade, com foto e assinatura; c) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF; e d) número do PIS/PASEP.

13.1.3. Para a realização do Exame Pré-Admissional, o candidato deverá comparecer no local e horário, previamente informados pelo CIESP, com os documentos relacionados na alínea “a” do item 13.1.2 deste Edital.

13.1.4. No Exame Pré-Admissional, todos os candidatos deverão responder ao questionário de antecedentes clínicos.

13.1.5. No Exame Pré-Admissional, poderão ser exigidos novos exames e testes complementares que sejam considerados necessários para a conclusão sobre a aptidão física e mental do candidato para exercer o emprego público para o qual for contratado.

### **13.2. Dos exames aplicáveis aos candidatos na condição de pessoa com deficiência**

13.2.1. Os candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas, aprovados neste Concurso Público, deverão comparecer à perícia de que trata o item 13.1 com os resultados dos exames especificados conforme o emprego público, bem como munidos de exames originais emitidos com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data de sua realização, comprobatórios da espécie e do grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID).

13.2.2. Os candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas e que forem aprovados no Concurso Público do Consórcio CIESP, além de se submeterem a Exame Médico Pré-Admissional especificado no item 13 e seus subitem, serão convocados para realizar avaliação com a equipe multiprofissional para caracterização da deficiência e para análise de compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades inerentes à função para a qual concorre.

13.2.3. A critério da perícia, poderão ser solicitados exames complementares para a constatação da deficiência, da aptidão ou da compatibilidade com a função para a qual concorre.

13.2.4. Concluindo a perícia pela inexistência da deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a ingressar nas vagas reservadas, o candidato será excluído da relação de candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas no subitem 3.2 deste Edital, mantendo a sua classificação na lista de candidatos de ampla concorrência.

13.2.5. O candidato será eliminado do Certame na hipótese de não ter sido classificado conforme estabelecido neste Edital.

13.2.6. Os procedimentos de perícia médica dos candidatos nomeados obedecerão à legislação correlata.

## **14. DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Concluído o Concurso Público e homologado o resultado final, a contratação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas neste Edital obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade do Concurso e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.

14.2. A contratação será direito subjetivo do candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas neste Edital, no prazo de validade do Concurso.

14.3. O candidato aprovado deverá se apresentar para a contratação, às suas expensas, quando convocado para tanto, sob pena de ter a sua possível contratação tornada sem efeito.

14.3.1. O CIESP publicará a lista final de empregados no Órgão Oficial do CIESP divulgado no endereço eletrônico <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>.

14.4. O candidato aprovado deverá apresentar obrigatoriamente os originais e cópias simples dos documentos discriminados a seguir, no ato da contratação:

- a) Laudo Médico favorável, sem restrições, fornecido por serviço médico oficial. Só poderá ser contratado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do cargo;
- b) 2 (duas) fotos 3x4 (recentes e coloridas);
- c) documento de identidade (RG) expedido por órgão competente;
- d) título de eleitor e comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (certidão de quitação eleitoral – emitida pelo Cartório Eleitoral ou pelo endereço eletrônico [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br));
- e) Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
- f) Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) do cônjuge ou companheiro(a);
- g) comprovante do estado civil – Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Certidão de Casamento com Averbação (divórcio / separação / óbito). Quando for o caso de companheiro(a), acrescentar Certidão de União Estável, se possuir;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (CDI), para candidatos do sexo masculino;
- i) comprovante de residência com CEP;
- j) Certidão de Nascimento ou documento de identidade e CPF dos filhos e / ou dependentes menores de 21 (vinte e um) anos de idade, solteiros;
- k) declaração de que exerce, ou não, outro cargo, emprego ou função pública nos âmbitos federal, estadual e / ou municipal;
- l) declaração de bens e valores firmada por ele próprio ou Declaração atualizada de Bens e Valores do Imposto de Renda;
- m) dados de conta bancária de qualquer instituição bancária do país;
- n) cartão de cadastramento no PIS/PASEP, frente e verso, ou extrato do PIS com data de vinculação, retirado na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;
- o) comprovante de escolaridade mínima exigida para o cargo, nas condições especificadas no **ANEXO I** deste Edital;
- p) comprovação de conclusão de curso de formação específica, quando for o caso;
- q) histórico escolar, diploma ou certificado de conclusão de curso (com data de colação de grau quando for o caso) acompanhado do histórico escolar (quando for o caso);
- r) comprovante do registro e de regularidade junto ao órgão de fiscalização profissional, se exigido para o cargo;
- s) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

14.5. O candidato contratado será responsabilizado administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Estará impedido de ser contratado o candidato que deixar de comprovar qualquer um dos requisitos especificados no subitem 14.4 deste Edital.

14.7. Poderão ser exigidos pelo CIESP, no ato da contratação, outros documentos além dos acima relacionados, quando a exigência for justificada.

14.8. O candidato que for contratado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear lotação, alteração de carga horária, alteração de jornada de trabalho e limitação de atribuições para o desempenho da função.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. O Consórcio CIESP e a Fundep eximem-se das despesas com viagens, estadia e alimentação dos candidatos para prestar as provas deste Concurso Público.
- 15.2. Todas as publicações oficiais referentes ao Concurso Público de que trata este Edital serão feitas no Órgão Oficial do CIESP e divulgadas nos endereços eletrônicos [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br) e <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>.
- 15.3. O acompanhamento das publicações, atos complementares, avisos, retificações, comunicados e convocações referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 15.4. O candidato deverá consultar os endereços eletrônicos do CIESP, <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>, e da Fundep, [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), frequentemente, para verificar as informações que lhe são pertinentes referentes à execução do Concurso Público, até a data de homologação.
- 15.5. Após a data de homologação do Concurso, os candidatos deverão consultar informações e avisos sobre aprovação, contratação, perícia médica no endereço eletrônico do CIESP <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>.
- 15.6. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado ou qualquer outro gênero de informação deste Concurso Público.
- 15.7. A eventual disponibilização de atos nos endereços eletrônicos do CIESP e da Fundep não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público.
- 15.8. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este Concurso Público, que vierem a ser publicados no Órgão Oficial do CIESP, no endereço eletrônico do CIESP, <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>, e no endereço da Fundep, [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br).
- 15.9. Para fins de comprovação de aprovação ou classificação do candidato no Concurso, será válida a publicação no Órgão Oficial do CIESP, no endereço eletrônico <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>, que também será disponibilizada no endereço eletrônico da Fundep, [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br).
- 15.10. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
- 15.11. O CIESP e a Fundep não se responsabilizarão por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes às matérias deste Concurso Público que não sejam oficialmente divulgadas ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.
- 15.12. Não serão fornecidas provas relativas a concursos anteriores.
- 15.13. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.
- 15.14. Para contagem dos prazos de interposição de recursos, deverá ser observado o disposto no subitem 11.1 deste Edital.
- 15.15. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor seja objeto de recurso apontado neste Edital.
- 15.16. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova e / ou tornar sem efeito a contratação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos, ou, ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 15.16.1. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no subitem 15.16 deste Edital, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica, de acordo com o artigo 299 do Código Penal.

15.17. Em caso de verificação de incorreção nos dados pessoais (nome, endereço e telefone para contato, data de nascimento) constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato deverá atualizar suas informações nas seguintes condições:

- a) Até a publicação da data a que se refere o item 8.5.1 deste Edital, o candidato deverá manter seu endereço, telefones de contato ou correio eletrônico atualizados na Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep, no endereço eletrônico [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br), no link “Meu Cadastro”.
- b) O candidato deverá obrigatoriamente realizar a atualização dos dados pessoais (nome, identidade, órgão expedidor, data da expedição e data de nascimento) até o prazo previsto no item 8.5.1.
- c) Após a data do item 8.5.1 e durante o prazo de validade deste Concurso Público, o candidato deverá efetuar a atualização de seus dados cadastrais junto à Sede do CIESP, à Rua Morvan Dias de Figueiredo, número 11, Centro, Bicas-MG, no horário de 12h às 16h, pessoalmente ou por meio de correspondência registrada, em envelope lacrado, às expensas do candidato, contendo, na parte externa e frontal do envelope, os seguintes dados:

Concurso Público para a contratação de empregados públicos do CIESP Referência: atualização de dados cadastrais Nome completo do candidato Número de inscrição Cargo
--

15.18. A atualização de dados pessoais junto à CIESP e à Fundep não desobriga o candidato de acompanhar as publicações oficiais do Concurso, não cabendo a este alegar perda de prazo por ausência de recebimento de correspondência.

15.19. A Consórcio Intermunicipal de Especialidades – CIESP e a Fundep não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) Endereço eletrônico incorreto e / ou desatualizado.
- b) Endereço residencial desatualizado.
- c) Endereço residencial de difícil acesso.
- d) Correspondência devolvida pela empresa de Correios por razões diversas.
- e) Correspondência recebida por terceiros.

15.20. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso do CIESP e pela Fundep, no que a cada um couber.

15.21. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital, e seu extrato de aviso de publicação no Órgão Oficial do CIESP, e a íntegra por meio de *download* do arquivo, no endereço eletrônico <https://www.ciesp.mg.gov.br/processos-seletivos/tipo/concurso-publico/1>.

15.22. Em atendimento à política de arquivos, a Consórcio Intermunicipal de Especialidades – CIESP procederá à guarda de documentos relativos ao Concurso, observada a legislação específica pelo prazo de 5 (cinco) anos.

15.23. Para o candidato que não dispuser de acesso à internet, o CIESP disponibilizará computador e impressora para que ele realize todas os(as) procedimentos / fases do Concurso que forem realizadas, exclusivamente, via internet, no endereço Rua Morvan Dias de Figueiredo, número 11, Centro, Bicas-MG, no horário de 12h às 16h, exceto aos sábados, domingos, feriados e ponto facultativo.



15.24. Salvo nas hipóteses de indispensável adequação à legislação superveniente, após o início do prazo das inscrições preliminares não se alterarão as regras deste Edital relativas aos requisitos do emprego público, aos critérios de aferição das provas e de aprovação para as etapas subsequentes.

15.25. A comprovação da tempestividade da apresentação de requerimentos, documentos ou da interposição de recursos será feita:

- a) por protocolo de recebimento, atestando exclusivamente a entrega do envelope lacrado;
- b) pela data do recebimento do envelope, quando for encaminhado por SEDEX, ou por carta registrada.
- c) por protocolo eletrônico nos casos de inscrição, requerimento de isenção, solicitação de condições especiais e interposição de recursos.

15.26. O conteúdo do envelope entregue ou encaminhado é de responsabilidade única do candidato.

15.27. O Consórcio CIESP e a Fundep não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio ou atraso que impeça a chegada de requerimentos ou de documentos.

15.28. Não serão disponibilizadas cópias nem devolvidos aos candidatos requerimentos, documentos ou recursos, os quais ficarão sob a responsabilidade do CIESP ou da Fundep até o encerramento do Concurso.

15.29. A avaliação sobre a compatibilidade da deficiência com a função inerente aos empregos públicos será empreendida no estágio probatório a que se submeterá o candidato concorrente às vagas reservadas aprovado no Certame.

15.30. Durante a realização das provas, não será permitida ao candidato a prática do tabagismo, de acordo com a Lei Estadual nº 18.552, de 4 de dezembro de 2009.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

16.1. O candidato, desde logo, manifesta pela livre, informada e inequívoca concordância com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.2. O candidato consente e concorda que o CIESP e a Fundep tomem decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realize o tratamento de seus dados pessoais, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

16.3. Além disso, o CIESP e a Fundep ficam autorizados a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos dados inseridos pelo candidato, com a intenção de obter a prestação dos serviços ofertados por este, como: divulgação de material pela Fundep por meio de e-mail e redes sociais, fotografias expostas em redes sociais públicas a fim de interação entre o candidato, a Fundep e o CIESP.

16.4. A Consórcio Intermunicipal de Especialidades – CIESP e a Fundep ficam autorizados a compartilhar os dados pessoais do candidato com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018.

Bicas, 19 de dezembro de 2023.

Vagner Fonseca Costa  
PRESIDENTE CIESP

**NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO**

CÓDIGO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHECIMENTOS GERAIS	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA NA PROVA (50%) E NÃO ZERAR NENHUM DOS CONTEÚDOS
100	Auxiliar de Limpeza	10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	7 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	8 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	25 QUESTÕES	25 (vinte de cinco) pontos e não zerar nenhum dos conteúdos

**NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**

CÓDIGO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHECIMENTOS GERAIS	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA NA PROVA (50%) E NÃO ZERAR NENHUM DOS CONTEÚDOS
200	Assistente Operacional	10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	7 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	8 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	25 QUESTÕES	25 (vinte de cinco) pontos e não zerar nenhum dos conteúdos

**NÍVEL MÉDIO COMPLETO**

CÓDIGO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	CONHECIMENTOS GERAIS	INFORMÁTICA	MATEMÁTICA DE RACIOCÍNIO LÓGICO	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA NA PROVA (50%) E NÃO ZERAR NENHUM DOS CONTEÚDOS
300	Auxiliar Administrativo	10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	10 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	05 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	05 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	30 QUESTÕES	25 (vinte e cinco) pontos e não zerar nenhum dos conteúdos

**NÍVEL MÉDIO TÉCNICO COMPLETO**

CÓDIGO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	CONHECIMENTOS GERAIS	INFORMÁTICA	MATEMÁTICA DE RACIOCÍNIO LÓGICO	CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA NA PROVA (50%) E NÃO ZERAR NENHUM DOS CONTEÚDOS
301	Técnico de Enfermagem	10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	05 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	05 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	05 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão	30 QUESTÕES	25 (vinte e cinco) pontos e não zerar nenhum dos conteúdos
302	Técnico em Radiologia					5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão		

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO								
CÓDIGO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	LEGISLAÇÃO	RACIOCÍNIO LÓGICO	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA NA PROVA (50%) E NÃO ZERAR NENHUM DOS CONTEÚDOS	PROVA DE REDAÇÃO
400	Analista Administrativo	10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	7 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	8 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão	30 QUESTÕES	25 (vinte e cinco) pontos e não zerar nenhum dos conteúdos	20 pontos  Pontuação mínima para aprovação 10 pontos
401	Analista Jurídico				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
402	Assistente Administrativo				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
403	Assistente Social				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
404	Contador				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
405	Enfermeiro				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
406	Engenheiro Agrônomo				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
407	Engenheiro Civil				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
408	Engenheiro de Meio Ambiente				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
409	Fiscal de Vigilância Sanitária				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
410	Fisioterapeuta				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
411	Médico Veterinário				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
412	Psicólogo				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
413	Técnico de Intervenção				5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão			
414	Terapeuta Ocupacional	5 questões Valor de 3 (três) pontos por questão						

CÓDIGO	CARGO	HABILITAÇÃO	JORNADA TRABALHO /SEMANAL	SÁLARIO MENSAL (R\$)	VAGAS		
					TOTAL DE VAGAS	AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFICIENTES
100	Auxiliar de Limpeza	Nível fundamental incompleto	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 1.320,00	1	1	-
200	Assistente Operacional	Nível fundamental completo/CNH Categoria D	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 1.590,00	CR	CR	-
300	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 1.590,00	2	2	-
301	Técnico de Enfermagem	Ensino Técnico em Enfermagem com inscrição regular no Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais- COREN-MG	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 1.590,00	1	1	-
302	Técnico em Radiologia	Ensino Técnico em Radiologia com inscrição regular no Conselho Regional de Técnico em Radiologia de Minas Gerais- CRTR-MG	15 horas semanais e 75 horas mensais	R\$ 1.371,93	2	2	-
400	Analista Administrativo	Ensino Superior em Administração e/ou Especialização <i>Lato sensu</i> em Administração ou áreas afins.	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 2.650,00	CR	CR	-
401	Analista Jurídico	Ensino Superior em Direito com inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais- OAB/MG.	20 h semanais e 100h mensais	R\$ 3.180,00	1	1	-
402	Assistente Administrativo	Ensino Superior	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 2.120,00	4	4	-
403	Assistente Social	Ensino Superior em Serviço Social, com inscrição regular no Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais- CRESS/MG.	20 h semanais e 100h mensais	R\$ 2.120,00	1	1	-
404	Contador	Ensino Superior em Ciências Contábeis, com inscrição regular no Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais- CRC/MG.	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 4.240,00	1	1	-
405	Enfermeiro	Ensino Superior em Enfermagem, com inscrição regular no Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais-COREN/MG.	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 4.240,00	1	1	-
406	Engenheiro Agrônomo	Ensino Superior em Engenharia Agrônoma, com inscrição regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais- CREA/MG e Carteira Nacional de Habilitação categoria B.	30 h semanais e 150h mensais	R\$ 3.710,00	1	1	-
407	Engenheiro Civil	Ensino Superior em Engenharia Civil, com inscrição regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais- CREA/MG e Carteira Nacional de Habilitação categoria B.	30 h semanais e 150h mensais	R\$ 3.710,00	CR	CR	-

CÓDIGP	CARGO	HABILITAÇÃO	JORNADA TRABALHO /SEMANAL	SÁLARIO MENSAL (R\$)	VAGAS		
					TOTAL DE VAGAS	AMPLA CONCORÊNCIA	DEFICIENTES
408	Engenheiro de Meio Ambiente	Ensino Superior em Engenharia de Meio Ambiente, com inscrição regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais- CREA/MG e Carteira Nacional de Habilitação categoria B.	30 h semanais e 150h mensais	R\$ 3.710,00	1	1	-
409	Fiscal de Vigilância Sanitária	Ensino Superior em áreas da Saúde, com inscrição regular no respectivo Conselho de Classe de Minas Gerais- MG, e Carteira Nacional de Habilitação categoria B.	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 4.240,00	1	1	-
410	Fisioterapeuta	Ensino Superior em Fisioterapia, com inscrição regular no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais-CREFITO/MG	20 h semanais e 100h mensais	R\$ 2.120,00	1	1	-
411	Médico Veterinário	Ensino Superior em Medicina Veterinária, com inscrição regular no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais- CRMV/MG e Carteira Nacional de Habilitação categoria B.	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 4.240,00	1	1	-
412	Psicólogo	Ensino Superior em Psicologia, com inscrição regular no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais- CRP/MG.	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 4.240,00	1	1	-
413	Técnico de Intervenção	Ensino Superior e Carteira Nacional de Habilitação categoria B.	40 h semanais e 200h mensais	R\$ 1.908,00	1	1	-
414	Terapeuta Ocupacional	Ensino Superior em <b>Terapia Ocupacional</b> , com inscrição regular no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais- CREFITO/MG	20 h semanais e 100h mensais	R\$ 2.120,00	1	1	-

CÓDIGO	CARGO	PROVA DE REDAÇÃO
400	Analista Administrativo	8
401	Analista Jurídico	8
402	Assistente Administrativo	20
403	Assistente Social	8
404	Contador	8
405	Enfermeiro	8
406	Engenheiro Agrônomo	8
407	Engenheiro Civil	8
408	Engenheiro de Meio Ambiente	8
409	Fiscal de Vigilância Sanitária	8
410	Fisioterapeuta	8
411	Médico Veterinário	16
412	Psicólogo	8
413	Técnico de Intervenção	8
414	Terapeuta Ocupacional	8

\* Serão corrigidas as Provas de todos os candidatos inscritos na reserva de vaga na condição de pessoa com deficiência, que atenderem ao item 9.2.5

\*\* Serão acrescidas no quantitativo previsto aquelas redações correspondentes aos candidatos cujas notas empatarem com o último classificado na listagem geral.



**Observação:** A integral das atribuições de cada função poderá ser acessada no manual de empregos públicos disponível no site do CIESP: [www.ciesp.mg.gov.br](http://www.ciesp.mg.gov.br)

**100 - Auxiliar de Limpeza**

Higienização, manutenção das áreas físicas da sede do CIESP e de seus estabelecimentos (quando necessário), para garantir a limpeza e conservação dos bens móveis e prediais, incluindo pisos, paredes/divisórias/cortinas, portas, janelas, mobiliários, equipamentos, instalações sanitárias, grades do ar condicionado e/ou exaustor, filtros de água etc., inclusive camas/macacões e demais instalações da Unidade e seus estabelecimentos, disponibilizando aos funcionários e usuários em geral um ambiente limpo e asseado.

**200 - Assistente Operacional**

Exerce atividades técnico-operacionais de natureza ocupacional operacional auxiliando os departamentos, setores e áreas em tarefas de baixa complexidade, para a otimização dos processos e para maior agilidade no atendimento às necessidades do Consórcio. Atua no transporte de funcionários e materiais, respeitando as legislações de trânsito e direção defensiva. Zela pela segurança e conservação dos veículos. Executa serviços externos administrativos, conforme designações da Secretaria Executiva e gerência administrativa, bem como responsabiliza-se pela entrega de documentos aos locais demandados. Providencia abastecimento do veículo. Efetua reparos de baixa complexidade em situações emergenciais.

**300 - Auxiliar Administrativo**

Exerce atividades técnico-operacionais de natureza ocupacional administrativa auxiliando os departamentos, setores e áreas em tarefas de baixa complexidade, para a otimização dos processos e para maior agilidade no atendimento às necessidades do Consórcio.

**301 - Técnico de Enfermagem**

Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em hospitais, centro de atenção psicossocial, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas; prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro; desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental, o qual passa ao cirurgião; organizar ambiente de trabalho, dar continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança.

**302 - Técnico em Radiologia**

Preparar materiais e equipamentos para exames e radioterapia; operar aparelhos médicos e odontológicos para produzir imagens e gráficos funcionais como recurso auxiliar ao diagnóstico e terapia. Preparar pacientes e realizam exames e radioterapia; prestam atendimento aos pacientes fora da sala de exame, realizando as atividades segundo boas práticas, normas e procedimento de biossegurança e código de conduta.

**400 - Analista Administrativo**

Planeja, organiza, controla e assessora as organizações nas áreas de recursos humanos, financeiro, almoxarifado, patrimônio, compras, licitação, informações, financeiro, tecnologia, recepção, assistencial, entre outras. Elabora, executa e acompanha projetos, elabora planejamento organizacional, promove estudos de racionalização e controla o desempenho organizacional. Realiza atividades técnico-administrativas de média e alta complexidade, analisando os sistemas de controles e métodos administrativos em geral, participando do planejamento estratégico e do controle de fluxos de trabalhos, tendo como objetivo racionalizar e aperfeiçoar as atividades funcionais.

**401 - Analista Jurídico**

Presta suporte administrativo ao Assessor Jurídico, analisando documentos, decisões judiciais e regularizando processos e procedimentos administrativos e judiciais, de forma a aumentar a eficiência do núcleo de gestão. Executa tarefas auxiliares em trabalhos advocatícios ou de natureza administrativa geral. Prepara documentos, relatórios e procedimentos administrativos visando assessorar os titulares no desempenho de suas funções. Presta apoio no âmbito das atividades operacionais e intelectuais ao Assessor Jurídico. Emite pareceres em procedimentos administrativos. Realiza demais atividades correlatas ao emprego público e/ou por determinação do Assessor Jurídico.

**402 - Assistente Administrativo**

Exerce atividades técnico-operacionais de natureza ocupacional administrativa assistindo os departamentos, setores e áreas em tarefas de média e baixa complexidade, para a otimização dos processos e para maior agilidade no atendimento as necessidades do Consórcio. Executa, organiza e controla ações do planejamento estratégico do setor para o alcance da excelência bem como atua na realização de todos os processos operacionais.

**403 - Assistente Social**

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**404 - Contador**

Planeja, organiza, orienta e desenvolve as atividades contábeis do Consórcio, em conformidade com as normas legais e constitucionais de administração orçamentária, financeira, patrimonial e de contabilidade pública. Registra atos e fatos contábeis. Administra as receitas e as obrigações fiscais e previdenciárias. Elabora e mantém atualizados relatórios contábeis. Promove acertos, prestação e conciliação de contas mensais e anuais. Elabora e acompanha a execução do orçamento. Prepara informações econômico-financeiras e atende às demandas dos órgãos fiscalizadores sempre que solicitado. Presta orientação e supervisão a outros profissionais sobre assuntos de sua especialização. Planeja, desenvolve e acompanha treinamentos, palestras e eventos. Emite laudos e/ou pareceres técnicos. Desempenha outras atividades correlatas e afins.

**405 - Enfermeiro**

Prestar assistência ao paciente, coordenar serviços de enfermagem, planejar ações de enfermagem, implementar ações para promoção da saúde.

**406 - Engenheiro Agrônomo**

Exerce atividades pertinentes e /ou compatíveis a engenharia agrônoma e no âmbito do controle sanitário e da qualidade de produtos de origem vegetal. Inspetiona e fiscaliza produtos de origem vegetal dentro dos limites da área geográfica de abrangência do Consórcio. Realiza visita técnica e acompanha processos de certificação. Atua conforme as legislações, o regulamento e atos complementares sobre a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos. Planeja, coordena e executa atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais. Promove a extensão rural, orientando produtores nos vários aspectos das atividades agrossilvipecuárias e elaboram documentação técnica e científica.

**407 - Engenheiro Civil**

Elaborar projetos de engenharia civil; gerenciar obras; controlar a qualidade de empreendimentos; coordenar a operação e manutenção do empreendimento; prestar consultoria, assistência e assessoria; elaborar pesquisas tecnológicas; coordenar processos de regularização fundiária; tratar, interpretar e registrar dados e levantamentos informativos de demarcações territoriais urbanas e rurais, geotecnologias de inteligência geográfica, planta genérica de valores e atualização de dados do cadastro territorial multifinalitário através de geoprocessamento, aerolevanteamento, geoestatística e aprendizagem de máquina; atuar na fiscalização ou apoio à fiscalização administrativa de convivência urbana e demais atividades afins.

**408 - Engenheiro de Meio Ambiente**

Fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental, orientar os cidadãos, advertir, multar e emitir outras sanções previstas em legislação federal, estadual e/ou municipal, quando devidas, fiscalizar as atividades residenciais, comerciais, industriais e agrícolas que envolvam riscos ambientais por meio de vistorias, fiscalizações e análises técnicas de locais e quaisquer outros meios. Exercer atividades destinadas ao cumprimento da legislação e postura ambiental.

**409 - Fiscal de Vigilância Sanitária**

Visitar periodicamente estabelecimentos de comércio varejista, estabelecimentos comerciais e industriais fiscalizando as condições de limpeza e higiene, determinando, orientando para a pronta solução de irregularidades. Promover palestras educativas aos entes consorciados, levando devido conhecimento acerca da legislação municipal, estadual e/ou federal. Fiscalizar estabelecimentos comerciais, inspecionando e adentrando ao local para verificar a higiene e condições de segurança, visando a inocuidade dos produtos e serviços. Atender as reclamações do público em geral quanto aos problemas que prejudiquem seu bem-estar, segurança e tranquilidade.

**410 - Fisioterapeuta**

Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia; habilitar pacientes; realizar diagnósticos específicos; analisar condições dos pacientes; desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida.

**411 - Médico Veterinário**

Exerce atividades pertinentes e /ou compatíveis a medicina veterinária e no âmbito do controle sanitário e da qualidade de produtos de origem animal. Presta serviços relacionados ao controle de zoonoses. Atua no serviço de castração de animais. Inspetiona e fiscaliza produtos de origem animal dentro dos limites da área geográfica de abrangência do Consórcio. Realiza visita técnica e acompanha processos de certificação. Atua conforme as legislações, o regulamento e atos complementares sobre a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos. Presta todos os serviços compatíveis com sua formação acadêmica.

**412 - Psicólogo**

Estuda, pesquisa e avalia o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação. Diagnostica e avalia distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura. Investiga os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes. Avalia características de personalidade para fornecer subsídios a análises judiciais. Realiza triagem psicológica e avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos, individualmente, coletivamente ou em conexão com processos jurídicos, mediante parceria com o Poder Judiciário. Aplica métodos e técnicas psicológicas e/ou de psicometria, para determinar a responsabilidade legal, bem como danos psicológicos e neuropsicológicos presentes. Elabora laudos e pareceres no âmbito psicológico. Avalia danos psicológicos em vítimas decorrentes de crimes diversos.

**413 - Técnico de Intervenção**

Exerce atividades coordenadas por profissionais de nível superior, voltadas para a educação, fiscalização e inspeção de produtos de origem animal e vegetal e de meio ambiente. Atua na educação e fiscalização sanitária e de convivência democrática nos municípios. Assiste tecnicamente processos de orientação, fiscalização e acompanhamento de atividades. Inspecciona a produção, o armazenamento de alimentos e demais gêneros, a circulação e o consumo de bens, a prestação de serviços de interesse para a saúde, com o objetivo de eliminar, diminuir e/ou prevenir riscos, visando a promoção, a proteção e a prevenção da saúde do consumidor, bem como a regularidade e cumprimento de demais leis municipais.

**414 - Terapeuta Ocupacional**

Desenvolve atividades de intervenção nas áreas da saúde e educação, com uso de tecnologias orientadas para a emancipação e autonomia de pessoas que apresentam necessidades especiais (físicas, sensoriais, psicológicas, mentais ou sociais), geradoras de dificuldades para sua inserção na vida. Atender pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando procedimentos específicos de terapia ocupacional, musicoterapia entre outras.

## ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA O PEDIDO DE ISENÇÃO

À

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP no âmbito do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2023, para provimento de vagas do quadro permanente de pessoal do **Consórcio Intermunicipal de Especialidades – CIESP** para análise do pedido de isenção do valor da inscrição.

Eu \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, que este subscreve, declaro, sob as penas da lei, para fins de isenção da taxa de inscrição, que:

1. não possuo vínculo empregatício vigente registrado em minha Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
2. não possuo contrato algum de trabalho registrado em minha CTPS;
3. não possuo vínculo estatutário vigente com o Poder Público nos âmbitos municipal, estadual ou federal;
4. não possuo contrato de prestação de serviços vigente com o Poder Público nos âmbitos municipal, estadual ou federal;
5. não aufero qualquer tipo de renda proveniente de atividade legalmente reconhecida como autônoma;
6. sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n. 11.016, de 29 de março de 2022, e, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em processo seletivo público;
7. estou ciente de que, de acordo com o inciso I do artigo 5º do referido Decreto, família é a unidade composta por um ou mais indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela unidade familiar e que sejam moradores em um mesmo domicílio;
8. estou ciente de que, de acordo com o inciso II do artigo 5º do referido Decreto, família de baixa renda, sem prejuízo do disposto no inciso I, é aquela família com renda familiar mensal per capita de até meio salário;
9. tenho conhecimento de que a renda familiar mensal é a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, excetuando-se o descrito nas alíneas do inciso VI do artigo 5º do referido Decreto;
10. tenho conhecimento de que a renda familiar per capita é obtida pela razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos da família.



Por fim, declaro que em função de minha condição financeira não posso pagar a taxa de inscrição em processo seletivo público e estou ciente das penalidades por emitir declaração falsa previstas no parágrafo único do artigo 10 do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Por ser verdade, firmo o presente para que produza seus efeitos legais.

Cidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2024.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE  
ESPECIALIDADES – CIESP

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

**FUNDAMENTAL INCOMPLETO**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**PROGRAMA**

1. Compreensão e interpretação de texto. Informações explícitas e implícitas. Relação entre textos. 2. Gêneros e tipos textuais: interpretar textos com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto etc.). Marcas de tempo, de lugar e de modo. Efeitos de ironia ou humor em textos variados. 3. Vocabulário. 4. Alfabeto: ordem alfabética, vogais e consoantes; maiúsculas e minúsculas. 5. Separação silábica: número de sílabas. 6. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo. A flexão dos nomes: masculino e feminino, singular e plural. 7. Sinônimos e antônimos.

**REFERÊNCIAS**

BEATIN, Terezinha; BORGATO, Ana T.; MARCHEZI, Vera. **Tudo é Linguagem**. 2º ao 5º ano. São Paulo: Ática.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CARPANEDA, Isabella; BRAGANÇA, Angiolina Domanico. **Porta Aberta**. Língua Portuguesa. v. I e II. São Paulo: FTD.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza C. **Português Linguagens**. 2º ao 5º ano. São Paulo: Atual Editora.

GIACOMOZZI, Gilio; VALÉRIO, Gildete; SBRUZZI, Geonice. **Descobrimos a gramática**. v. I e II. São Paulo: FTD.

MARSICO, Maria T. **Marcha Criança: Português (Novo)**. 2º ao 5º ano. São Paulo: Scipione.

VASCONCELOS, Adson. **Aprender Juntos**. 2º ao 5º ano. São Paulo.

**MATEMÁTICA**

**PROGRAMA**

1. Números naturais: operações (adição, subtração, multiplicação e divisão), resolução de problemas e expressões numéricas. 2. Grandezas e medidas: medidas de comprimento, tempo, superfície, volume, capacidade, massa e temperatura. 3. Porcentagem.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BIGODE, Antônio José Lopes; GIMENEZ, Joaquim. **Matemática do Cotidiano & suas Conexões**. 3º, 4º e 5º anos. São Paulo: FTD.

DANTE, Luiz Roberto. **Projeto Apis Matemática**. Ensino Fundamental. 3º, 4º e 5º anos. São Paulo: Ática, 2017.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do estado de Minas Gerais.

Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do estado de Minas Gerais.

### REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Livros de História de Minas Gerais e de Geografia de Minas Gerais (didáticos, ensaísticos ou científicos).

MINAS GERAIS. **Portal de informações turísticas Minas**. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM. Sítio eletrônico da agência de notícias do governo de Minas Gerais. **Agência Minas**. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MINAS GERAIS. **Sítio eletrônico oficial do governo de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Redes sociais oficiais do governo de Minas Gerais.

TURISMO DE MINAS. **Portal Turismo de Minas**. Disponível em: <https://turismodeminas.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

## FUNDAMENTAL COMPLETO

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### PROGRAMA

**1.** Compreensão e interpretação de textos verbais e não verbais. Informações explícitas e implícitas. Inferir o sentido de uma palavra a partir do contexto em que foi empregada. **2.** Gêneros e tipos textuais: textos informativos e literários. **3.** Sinônimos e antônimos. **4.** Significação literal; sentido figurado e contextual de palavras. Vocabulário. **5.** Alfabeto: ordem alfabética, vogais e consoantes; maiúsculas e minúsculas. **6.** Encontro consonantal. Encontro vocálico. Dígrafo. **7.** Divisão silábica. Separação silábica: número de sílabas. **8.** Classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo (tempos e modos verbais), pronome, numeral, artigo, advérbio, preposição, conjunção. Flexões de gênero, de número e de grau. **9.** Frase. Oração. Período. Sujeito, predicado e complementos. **10.** Acentuação. Regras de acentuação. **11.** Sinais



de pontuação. **12.** Variação linguística: aspectos culturais, históricos, sociais e regionais no uso da Língua Portuguesa. Registros formal e informal da escrita padrão. **13.** Ortografia oficial: Novo Acordo Ortográfico.

## REFERÊNCIAS

BEATIN, Terezinha; BORGATO, Ana T.; MARCHEZI, Vera. **Tudo é Linguagem.** 6º ano 9º ano. São Paulo: Ática.

BECHARA, E. **Gramática escolar da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Lucerna.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CARPANEDA, Isabella; BRAGANÇA, Angiolina Domanico. **Porta Aberta.** Língua Portuguesa. 6º ao 9º ano. São Paulo: FTD.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo: Nacional.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza C. **Português Linguagens.** 6º ao 9º ano. São Paulo: Atual Editora.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva:** texto, semântica e interação. São Paulo: Atual.

GIACOMOZZI, Gilio; VALÉRIO, Gildete; SBRUZZI, Geonice. **Descobrimos a gramática.** 6º ao 9º ano. São Paulo: FTD.

Livros didáticos do 6º ao 9º ano.

MARSICO, Maria T. **Novo marcha criança:** português. São Paulo: Scipione.

Prova Brasil, Encceja e Saeb.

VASCONCELOS, Adson. **Aprender juntos.** 6º ao 9º ano. São Paulo: Edições Sm.

## MATEMÁTICA

### PROGRAMA

**1.** Sistema de numeração decimal. **2.** Conjunto dos números naturais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), múltiplos e divisores de um número natural, mínimo múltiplo comum de dois ou mais números naturais, divisibilidade, decomposição de um número natural em fatores primos. **3.** Porcentagens: acréscimos e decréscimos simples. **4.** Números inteiros: usos, ordenação, associação com pontos da reta numérica e operações. **5.** Frações e números decimais: números racionais na representação fracionária e na representação decimal, usos, ordenação, associação com pontos da reta numérica e operações. **6.** Grandezas e medidas: medidas de comprimento, tempo, superfície, volume, capacidade, massa, temperatura e velocidade. Perímetro e área de figuras planas. Volume de blocos retangulares. Plantas baixas e vistas de um objeto. Conversão de unidade de medidas. **7.** Sistema Monetário Brasileiro. **8.** Geometria: corpos redondos, poliedros e seus elementos. Ampliação e redução de figuras. Soma das medidas dos ângulos internos de um triângulo. Ângulos e polígonos. Plano cartesiano: associação dos vértices de um polígono a pares ordenados. **9.** Álgebra: linguagem algébrica. Equivalência e valor numérico de expressões algébricas. Equações de 1º grau. Grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais. Regra de três simples. **10.** Probabilidade e pesquisa estatística: leitura e interpretação de tabelas e gráficos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- DANTE, Luiz Roberto. **Projeto Teláris**. 6º ao 9º ano. São Paulo: Ática, 2018.
- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MACHADO, Antônio. **Matemática e realidade**. 6º ao 9º ano. São Paulo: Atual.
- IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo. **Matemática**. 6º ao 9º ano. São Paulo: Moderna, 2010.
- SILVEIRA, Ênio; MARQUES, Cláudio. **Matemática**. Compreensão e Prática. 6º ao 9º ano. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013

## CONHECIMENTOS GERAIS

### PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do estado de Minas Gerais.

Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do estado de Minas Gerais.

### REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.
- Livros de História de Minas Gerais, e de Geografia de Minas Gerais (didáticos, ensaísticos ou científicos).
- MINAS GERAIS. **Portal de informações turísticas Minas**. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM. Sítio eletrônico da agência de notícias do governo de Minas Gerais. **Agência Minas**. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- MINAS GERAIS. **Sítio eletrônico oficial do governo de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- Redes sociais oficiais do governo de Minas Gerais.
- TURISMO DE MINAS. **Portal Turismo de Minas**. Disponível em: <https://turismodeminas.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

## ENSINO MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### PROGRAMA

1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Tipologia textual e gêneros textuais. 3. Denotação e conotação. 4. Coesão e coerência textuais. 5. Figuras de linguagem. 6. Conhecimentos gerais sobre a norma-padrão da língua e a gramática tradicional. 7. Classes de palavras. 8. Concordância verbal e nominal. 9. Regência verbal e nominal. 10. Uso do sinal indicativo de crase. 11. Pontuação. 12. Ortografia e acentuação gráfica. 13. Formação de palavras. 14. Colocação pronominal. 15. Sinonímia, antonímia e polissemia.

## REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernardete M. **Produção de texto**: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 7 dez. 2023.

AULETE. Dicionário Caldas Aulete. **@ulete digital**. Disponível em: <http://aulete.com.br/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior *et al.* 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

CEGALLA, Domingos Pachcoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

KOCH, I. G. V. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 7 dez. 2023.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do estado de Minas Gerais e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais.

Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do estado de Minas Gerais e do Brasil.

## REFERÊNCIAS

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Livros de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

AGÊNCIA BRASIL. Sítio eletrônico da Agência Nacional de Notícias do Governo Federal. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/governo-federal>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **Sítio eletrônico oficial do governo brasileiro**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 13 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.

MINAS GERAIS. **Portal de informações turísticas Minas**. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM. Sítio eletrônico da agência de notícias do governo de Minas Gerais. **Agência Minas**. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MINAS GERAIS. **Sítio eletrônico oficial do governo de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Redes sociais oficiais do governo de Minas Gerais.

TURISMO DE MINAS. **Portal Turismo de Minas**. Disponível em: <https://turismodeminas.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

## INFORMÁTICA

### PROGRAMA

**1.** Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear). **2.** Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. **3.** Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. **4.** Software de apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações. **5.** Formulário do Google, elaboração, manutenção e abstração dos dados. **6.** Segurança. Conceitos de segurança da informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes. **7.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **8.** Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge).

### REFERÊNCIAS

CERT.BR. **Cartilha de Segurança para Internet**. Disponível em: <https://cartilha.cert.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CONCEITOS. **Homepage**. Disponível em: <https://conceitos.com/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GOV.BR. Brasil. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd>. Acesso em: 13 dez. 2023.

HOSTINGER. **Homepage**. Disponível em: <https://www.hostinger.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GOOGLE. **Homepage**. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com). Acesso em: 13 dez. 2023.

MICROSOFT. **Ajuda do Google Chrome**. Disponível em: <https://support.google.com/chrome>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Excel**. Disponível em: <https://support.office.com/pt-BR/Excel>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Microsoft Edge**. Disponível em <https://support.microsoft.com/pt-br/microsoft-edge>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do PowerPoint**. Disponível em <https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Word**. Disponível em: <https://support.office.com/pt-BR/Word>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MICROSOFT. **Bem-vindo ao Suporte da Microsoft**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MICROSOFT. **Firefox Suporte**. Disponível em: <https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>. Acesso em: 13 dez. 2023.

TECHTUDO. **Homepage**. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

TECMUNDO. **Homepage**. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SCIELO. **Homepage**. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SIGNIFICADOS. **Homepage**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

## **MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO**

### **MATEMÁTICA**

#### **PROGRAMA**

**1.** Conjuntos e conjuntos numéricos. **2.** Cálculo algébrico: equações de 1º grau. **3.** Matemática Financeira: porcentagem, juros simples, equivalência de taxas, razões, proporções, regra de três simples e composta. **4.** Sequências: reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica. **5.** Geometria euclidiana plana: distâncias, ângulos, polígonos, teorema de Tales, semelhança de triângulos, relações métricas no triângulo retângulo, perímetro e área de polígonos.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

IEZZI, G. *et al.* **Matemática: ciência e aplicações**. v. 1, 2 e 3. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo. **Matemática**. 6º ao 9º ano. São Paulo: Moderna, 2010.

### **RACIOCÍNIO LÓGICO**

#### **PROGRAMA**

1. Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições simples e compostas, valores lógicos das proposições; tabela verdade; conectivos lógicos, argumentação lógica. 2. Raciocínio sequencial envolvendo problemas aritméticos e geométricos (sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras). 3. Teoria dos conjuntos (união e intersecção, diagrama de Venn) e operações com conjuntos. 4. Cálculos com porcentagens. 5. Estatística e probabilidade.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo Lógica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.  
LUSTOSA, Daniel. **Raciocínio Lógico-Matemático de A a Z**. São Paulo: Alfacon, 2021.  
MORAIS, José Luiz. **Matemática e lógica para concursos**. São Paulo: Saraiva.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

### PROGRAMA

Saúde Mental. Biossegurança. Fundamentos de Enfermagem. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Acolhimento. Técnicas: medição ocular em aparelho autorrefrator, posições para exames, ECG, Holter, MAPA, EDA, EEG.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caderno Humaniza SUS**. v. 5. Saúde Mental. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_mental\\_volume\\_5.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica**. Acolhimento à demanda espontânea. v. 1. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento\\_demanda\\_espontanea\\_cab28v1.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_cab28v1.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Regulamentadora 32**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CAMPINAS. **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) de Enfermagem**. Campinas, 2020. Disponível em: [https://saude.campinas.sp.gov.br/enfermagem/POP\\_Enfermagem\\_2020.pdf](https://saude.campinas.sp.gov.br/enfermagem/POP_Enfermagem_2020.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html). Acesso em: 12 dez. 2023.

POTTER, Patricia *et al.* **Fundamentos de enfermagem**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 1360p.

SELHORST, Ilza Schmidt de Brito; BUB, Maria Bettina Camargo; GIRONDI, Juliana Balbinot Reis. Protocolo de acolhimento e atenção para usuários submetidos a endoscopia digestiva alta e seus acompanhantes. **Revista Brasileira de Enfermagem** [on-line]. 2014, v. 67, n. 4, pp. 575-580. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/reben/a/TyxDMtjvMNZgwKKJC5G8qCz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretrizes de Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) e III Diretrizes de Monitorização Residencial da Pressão Arterial (MRPA). **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. 2011, v. 97, n. 3, Suplemento 3. Disponível em: [https://diretrizes.cardiol.online/tmp/diretriz\\_mapa\\_mrpa%20-%20portugues%20\(1\).pdf](https://diretrizes.cardiol.online/tmp/diretriz_mapa_mrpa%20-%20portugues%20(1).pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Hospital Universitário Lauro Wanderley (Ebserh). Procedimento / Rotina. **Holter**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hulw-ufpb/aceso-a-informacao/gestao-documental/pop-procedimento-operacional-padrao/2019-1/ambcardio-ambulatorio-de-cardiologia/pop-ambcardio-004-holter.pdf/view>. Acesso em: 12 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Hospital de Clínicas (Ebserh). Rotina Operacional Padrão. **Realização de Exames Oftalmológicos**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hc-ufm/documentos/procedimentos-e-rotinas-operacionais-padrao/rotinas-operacionais-padrao/ROP.UAMB.005RealizaodeExamesOftalmologicos.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

### PROGRAMA

O que são os raios X. Sistema emissor e formação dos raios X. Formação e documentação da imagem radiográfica. Imagem radiográfica digital. Qualidade da imagem radiográfica. Proteção radiológica. Noções básicas de anatomia: conceitos básicos, posição anatômica, planos e linhas, termos de posicionamento e relação, termos relacionados com movimentos, sistemas do corpo humano. Exame radiográfico: equipamentos de raios X, fatores de exposição radiográfica, técnicas especiais, posicionamento, incidência ou projeção, identificação das imagens radiográficas. Anatomia e estudo radiográfico: cabeça, pescoço, coluna vertebral, esqueleto torácico e membros superiores, pelve óssea (bacia) e membros inferiores, tórax e abdome. Mamografia: noções de anatomia das mamas, mamógrafo, regras gerais para o estudo radiográfico das mamas, incidências para o estudo radiográfico das mamas, garantia e controle de qualidade em mamografia

### REFERÊNCIAS

BIASOLI JR., Antônio. **Técnicas Radiográficas**: princípios físicos, anatomia básica, posicionamento, radiologia digital, tomografia computadorizada. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2016.

## ENSINO SUPERIOR

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### PROGRAMA



1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Tipologia textual e gêneros textuais. 3. Denotação e conotação. 4. Recursos verbais, não verbais e multissemióticos. 5. Argumentação, opinião e informação. 6. Estratégias argumentativas. 7. Funções da linguagem. 8. Figuras de linguagem. 9. Coesão e coerência textuais. 10. Noções de variação linguística. 11. Conhecimentos gerais sobre a norma-padrão da língua e a gramática tradicional. 12. Classes de palavras. 13. Sinonímia, antonímia e polissemia. 14. Concordância verbal e nominal. 15. Regência verbal e nominal. 16. Uso do sinal indicativo de crase. 17. Pontuação. 18. Ortografia. 19. Acentuação gráfica. 20. Formação de palavras. 21. Colocação pronominal.

## REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M. **Produção de texto: interlocução e gêneros**. São Paulo: Moderna, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 7 dez. 2023.

AULETE. Dicionário Caldas Aulete. **@ulete digital**. Disponível em: <http://aulete.com.br/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior *et al.* 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CHALHUB, S. **Funções da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

KOCH, I. G. V. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 7 dez. 2023.

## LEGISLAÇÃO

### PROGRAMA

Conhecimento da legislação referente às normas gerais de contratação de consórcios públicos e referente à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Princípios da Administração Pública.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005**. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm). Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm). Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm). Acesso em: 5 dez. 2023.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

### PROGRAMA

1. Números: conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais). 2. Matemática comercial: razões, proporções, porcentagem, regra de três simples e composta. 3. Tratamento da informação: média simples e média ponderada. 4. Noções básicas da lógica matemática: proposições, problemas com tabelas, argumentação e associação lógica. 5. Verdades e mentiras: resolução de problemas. 6. Diagramas lógicos e sequências lógicas. 7. Casa de pombos. 8. Orientação espacial e temporal.

### REFERÊNCIAS

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo Lógica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DANTE, L. R. **Matemática**: contextos e aplicações. Ensino Médio. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Ática, 2011.

FILHO, Edgar de Alencar. **Iniciação à Lógica Matemática**. São Paulo: Nobel, 2017.

GIOVANNI, J.; CASTRUCCI, B.; GIOVANNI, Jr. **A Conquista da Matemática**. Coleção do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2018.

IEZZI, G. *et al.* **Matemática**: ciência e aplicações. v. 1, 2 e 3. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

IEZZI, G.; DOLCE O. *et al.* **Matemática**. Volume único. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LUSTOSA, Daniel. **Raciocínio Lógico-Matemático de A a Z**. São Paulo: Alfacon, 2021.

PAIVA, M. R. **Matemática**: Paiva. v. 1, 2 e 3. 3. ed. Moderna Plus. São Paulo: Moderna, 2015.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. **Matemática**. Ensino Médio. v. 1, 2 e 3. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ANALISTA ADMINISTRATIVO

### PROGRAMA

Fundamentos da administração, conceitos e funções. Ferramentas da administração. Modelos organizacionais, estrutura. Direção, coordenação e controle. Missão; visão; valores; eficiência e eficácia; organização e divisão do trabalho. desempenho, cultura e

clima organizacional. Organização, sistemas e métodos. Processos administrativos. Planejamento, conceitos, variáveis, ferramentas, aplicações. Comunicação. Comunicação organizacional. Atendimento. Relacionamento na empresa. Conhecimentos fundamentais da administração pública; princípios fundamentais da administração pública; órgãos, entidades e organização da administração pública; administração pública direta e indireta; descentralização, desconcentração e delegação. Licitações e contratos da administração pública. Lei 14.133 de 1 de abril de 2021. Recursos humanos: conceitos e práticas; treinamento e desenvolvimento. Trabalho em equipe. Projetos, conceitos e aplicações. Conhecimentos fundamentais de finanças empresariais. Conhecimentos gerais de estoques e almoxarifado.

## REFERÊNCIAS

ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CARRANZA, Giovana. Administração geral e pública. Editora Jus PODIVM. 5ª edição. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. O capital Humano nas Organizações. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CURY, Antônio. Organização e métodos: uma visão holística. 8ª. ed. rev. ampliada. São Paulo: Atlas, 2007.

DANNA, Samy. Introdução a finanças empresariais. Ed. Érica/Saraiva. S.P. 2015.

D'ASSENÇÃO, Luiz Carlo M. Organização sistemas e métodos. Análise, redesenho e informatização de processos administrativos. 1ª ed. 9ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. S.P. Atlas, 2014.

LUNKES, Rogério João. Manual de Orçamento. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Fundamentos da Administração: Introdução à Teoria Geral e aos Processos da Administração. 3ª ed. Ed. Ltc. 2015

PALUDO, Agostinho. Administração Pública. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PEREIRA, José Matias. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

<https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2014.133%2C%20de%201%C2%BA%20de%20abril%20de%202021,Distrito%20Federal%20e%20dos%20Munic%C3%ADpios.>

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ANALISTA JURÍDICO

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

#### **PROGRAMA**

Constituição: conceito e concepções de Constituição; classificação das constituições. Poder constituinte originário e derivado. Controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. ADPF. Controle difuso. Controle abstrato. Controle concentrado. Eficácia e aplicabilidade das normas

constitucionais. Interpretação e integração das normas constitucionais. Direitos humanos. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito. Princípio da legalidade. Princípio da igualdade. Princípio do controle judiciário. Garantias constitucionais: conceito e classificação. Remédios constitucionais: *habeas corpus*, mandado de segurança; mandado de injunção, *habeas data*. Direito de petição. Organização dos Poderes. Mecanismo de freios e contrapesos. Estado Democrático de Direito. Bases teóricas do federalismo: estado unitário, estado regional e estado federal. Soberania e autonomia no estado federal. Repartição de competências na Federação e suas técnicas. A repartição de competência na Constituição de 1988. Norma geral de licitação. Normas constitucionais pertinentes aos municípios. Intervenção federal nos estados. Intervenção federal nos municípios. Processo Legislativo. Iniciativa. Emendas. Votação, sanção, veto, promulgação e publicação da lei. Medida Provisória. A unidade do poder estatal e a separação de poderes. Posição do Município na Federação Brasileira. Criação e organização. Bases constitucionais da administração pública. Princípios e normas referentes à administração direta e indireta. Contratos administrativos. Licitação. Regime jurídico dos servidores públicos civis. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Teses de repercussão geral e de recursos repetitivos.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### PROGRAMA

Princípios do Direito Administrativo. Administração Pública: conceito, finalidade, órgãos e agentes. Administração Pública direta e indireta. Poderes Administrativos. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação, revogação e anulação. Contratos administrativos: conceito, espécies, formalização alteração, execução. Inexecução, revisão e rescisão. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, sanções penais. Lei de licitações e contratos administrativos. Recursos administrativos. Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação concessão, permissão e autorização. Servidores Públicos. Regime jurídico. Organização do serviço público. Direitos, deveres e proibições do servidor público. Responsabilidade Administrativa, civil e criminal do servidor público. Lei de acesso à informação. Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade. Controle da Administração. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público. Direito de regresso. Limitações do direito de propriedade. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação por necessidade e utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Desapropriação indireta. Retrocessão. Servidão e requisição administrativa. Processo Administrativo: processo e procedimento, princípios, fases e modalidades. Improbidade Administrativa. Reformas Constitucionais Administrativas. Mandado de Segurança. Ação Popular. Mandado de Injunção. Ação Civil Pública. Ação por ato de improbidade administrativa.

Marco civil da internet. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Lei de Liberdade Econômica. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Teses de repercussão geral e de recursos repetitivos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9784.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**. Lei de Liberdade Econômica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13874.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13874.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm). Acesso em: 27 nov. 2023.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

### PROGRAMA

Noções de Administração Geral. Funções e fundamentos da administração, princípios e conceitos. Conhecimentos em planejamento organizacional. Tipos de planejamento, execução, mensuração e controle. Comunicação. Comunicação na empresa. Atendimento ao público.

Noções de Administração Pública, princípios fundamentais da administração pública. Órgãos, entidades e organização da administração pública; administração pública direta e indireta; descentralização, desconcentração e delegação. Comprometimento no trabalho. Ética. Trabalho em equipe. Processos. Processos administrativos. Atividades de apoio. Qualidade. Qualidade no trabalho. Métodos na administração e organização do trabalho. Organização e distribuição do trabalho. Supervisão, controle, ferramentas de controle. Sistemas. Padronização. Inspeção e controle de qualidade. Noções de auditoria e tomada de contas. Reuniões e pesquisas internas. Técnicas administrativas, organizativas e comerciais. Instrumentos e gráficos administrativos. Organização, sistemas e métodos.

## REFERÊNCIAS

- CARRANZA, Giovana. **Administração geral e pública**. 5. ed. Editora Jus PODIVM, 2018.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. O capital Humano nas Organizações. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- CRUZ, Tadeu. **Sistemas, organização e métodos**. 4. ed. São Paulo: Editora Gen/Atlas, 2013.
- CURY, Antônio. **Organização e métodos: uma visão holística**. 8. ed. rev. ampliada. São Paulo: Atlas, 2007.
- ERGAFONTE, Ayrton; RODRIGUES, Célia Regina. **Assistente Administrativo**. 9. ed. Campinas-SP: Editora Komedi, 2009.
- LUIZ, Sinclayr. **Organização e técnica comercial**. São Paulo: Saraiva, 2001
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Fundamentos da Administração: introdução à teoria geral e aos processos da administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- PALUDO, Agostinho. **Administração Pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- PEREIRA, José Matias. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SENAI. **Assistente Administrativo**. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. São Paulo: SENAI-SP Editora, 2014.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ASSISTENTE SOCIAL

### PROGRAMA

Direitos, deveres, competências e atribuições privativas do assistente social; Ética e Serviço Social; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Código de Ética do Conselho Regional de Serviço Social. Lei de Regulamentação da Profissão. O Serviço Social: história, objetivos, grupos sociais. Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Políticas de gestão de Assistência Social: planejamento, plano, programa, projetos. Estatuto do Idoso. Política Nacional da Saúde da Pessoa com Deficiência. Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Saúde mental em todos os níveis de atenção. Conhecimento e atuação na política de saúde mental. A equipe interdisciplinar / intersetorial. Abordagens coletivas, comunitárias e familiares. Sistema Único de Saúde (SUS). O assistente social no contexto da saúde coletiva e promoção de saúde. Diretrizes do NASF-AB: Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O Sistema Único de Assistência Social e a organização das ações de Assistência Social. Política Nacional da Saúde da Pessoa com Deficiência. Conhecimento e atuação do Programa Saúde da Família. Estratégia Saúde da Família.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, e atualizações**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília-DF. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html). Acesso em: 5 dez. 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Estatuto da Pessoa Idosa. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 21 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Lei Federal nº 8.662/1993, de Regulamentação da Profissão. 9. ed. atual. e rev. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf). Acesso em: 5 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf). Acesso em: 5 dez. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: CONTADOR

### PROGRAMA

Constituição Federal: Título VI – Capítulo II – Das Finanças Públicas – Seções I e II, inclusive. Título VIII – Seção II – Da saúde. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Lei nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. Receita Pública: conceito; classificação; estágios; escrituração contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: conceito; classificação, estágios, escrituração contábil. Restos a Pagar: Conceitos; sistemática; implicações



após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dívida Pública: conceitos; sistemáticas; implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime de Adiantamento: conceito; finalidades; controle dos adiantamentos. Patrimônio Público: conceito; bens, direitos e obrigações das entidades públicas. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Créditos Adicionais: conceito; classificação; autorização e abertura; vigência; indicação e especificação de recursos. Consórcios públicos: Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**: aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 9. ed. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Instrução Normativa n° 5, de 5 de maio de 2017**. (E seus anexos). Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-n-05-de-26-de-maio-de-2017---Hiperlink.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição (1988)**. República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) 1988. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 347, de 21 de novembro de 1991**. Determina a utilização dos sistemas SIAFI e SIAPE no âmbito do Poder Executivo Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d347.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d347.htm). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005**. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRUNO, R. M. **Lei de Responsabilidade Fiscal e orçamento público municipal**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, D.; CECCATO, M. **Manual Completo de Contabilidade Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP**. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CRUZ, Flavio da (coord.). **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada**: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 404 p.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JUND, S. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENFERMEIRO

### PROGRAMA

Rede de Atenção Psicossocial. Saúde Mental. Promoção da Saúde. Processo de Enfermagem. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Acolhimento. Prevenção de Riscos. Fundamentos de Enfermagem. Exames: EEG, EDA, MAPA, Holter. Educação em Saúde. Sistema Único de Saúde.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação Básica do SUS**. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/legislacao-basica-do-sus/https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/promocao\\_saude\\_aproximacoes\\_tema.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/legislacao-basica-do-sus/https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/promocao_saude_aproximacoes_tema.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica**. Acolhimento à demanda espontânea. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento\\_demanda\\_espontanea\\_cab28v1.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_cab28v1.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Cadernos Humaniza SUS**. v. 5. Saúde Mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_mental\\_volume\\_5.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) no Sistema Único de Saúde (SUS)**. [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo\\_tecnico\\_raps\\_sus.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_tecnico_raps_sus.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília: Ministério da Saúde,

2018. 73 p. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_educacao\\_permanente\\_saude\\_fortalecimento.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf)<https://bvsmms.saude.gov.br/legislacao-basica-do-sus>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Doenças não Transmissíveis. **Promoção da Saúde: aproximações ao tema: caderno 1 [recurso eletrônico]** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Doenças Não Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/promocao\\_saude\\_aproximacoes\\_tema.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/promocao_saude_aproximacoes_tema.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

CAMPINAS. **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) de Enfermagem**. Campinas, 2020. Disponível em: [https://saude.campinas.sp.gov.br/enfermagem/POP\\_Enfermagem\\_2020.pdf](https://saude.campinas.sp.gov.br/enfermagem/POP_Enfermagem_2020.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html). Acesso em: 12 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN-358/2009**. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009\\_4384.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_4384.html). Acesso em: 12 dez. 2023.

POTTER, Patricia *et al.* **Fundamentos de enfermagem**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 1360p.

SELHORST, Ilza Schmidt de Brito; BUB, Maria Bettina Camargo; GIRONDI, Juliana Balbinot Reis. Protocolo de acolhimento e atenção para usuários submetidos a endoscopia digestiva alta e seus acompanhantes. **Revista Brasileira de Enfermagem** [on-line]. 2014, v. 67, n. 4, pp. 575-580. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/reben/a/TyxdMtjvMNZgwKKJC5G8qCz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretrizes de Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) e III Diretrizes de Monitorização Residencial da Pressão Arterial (MRPA). **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. 2011, v. 97, n. 3, Suplemento 3. Disponível em: [https://diretrizes.cardiol.online/tmp/diretriz\\_mapa\\_mrpa%20-%20portugues%20\(1\).pdf](https://diretrizes.cardiol.online/tmp/diretriz_mapa_mrpa%20-%20portugues%20(1).pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Hospital Universitário Lauro Wanderley (Ebserh). Procedimento / Rotina. **Holter**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hulw-ufpb/acao-a-informacao/gestao-documental/pop-procedimento-operacional-padrao/2019-1/ambcardio-ambulatorio-de-cardiologia/pop-ambcardio-004-holter.pdf/view>. Acesso em: 12 dez. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

### PROGRAMA

**1.** Base legal sobre a regulamentação da qualidade e inspeção de produtos de origem vegetal: leis, decretos, instruções normativas, portarias e pareceres. **2.** Boas práticas de pós-colheita, transporte, armazenamento, processamento e preparo dos alimentos de origem vegetal. Processamento mínimo de produtos de origem vegetal. Instrumentação Pós-Colheita em Frutas e Hortaliças. Boas práticas no preparo dos alimentos. Tecnologias emergentes para preservação dos alimentos. Boas práticas agropecuárias e de fabricação na agricultura familiar. **3.** Tecnologia

de processamento. Alterações metabólicas, higiene e sanitização, segurança dos alimentos, microbiologia, microrganismos patogênicos: reconhecimento, eliminação, inibição ou redução da microbiota; uso de agentes sanitizantes. Embalagem, qualidade sensorial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa conjunta Sarc/Anvisa/Inmetro nº 009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 14 nov. 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução Normativa nº 7, de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas disciplinadoras para a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade de produtos orgânicos, sejam de origem animal ou vegetal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 19 maio 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 216, de 15 de setembro de 2004. Regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. Brasília, **Diário Oficial da União**, 16 set. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Republicada no **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, 6 nov. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria nº 1.428, de 26 de novembro de 1993. Regulamento técnico sobre as inspeções sanitárias, boas práticas de produção/prestação de serviços e padrão de identidade e qualidade na área de alimentos. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2 dez. 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997. Regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. Brasília, **Diário Oficial da União**, 1º ago. 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 22 nov. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 27 jan. 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000. Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 26 maio 2000.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022. Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 30 dez. 2022.

CENCI, S. A.; GOMES, Carlos Alexandre Oliveira; ALVARENGA, André Luis Bonnet; JUNIOR, Murillo Freire. Boas Práticas de Processamento Mínimo de Vegetais na Agricultura Familiar. *In*: Felon do Nascimento Neto (Org.). **Recomendações Básicas para a Aplicação das Boas Práticas Agropecuárias e de Fabricação na Agricultura Familiar**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006, p. 59-63.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA AGROINDÚSTRIA TROPICAL (EMBRAPA CNPAT). **Processamento mínimo de produtos hortícolas**, 2011. 22 p. Fortaleza, Documentos 139.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER). Cartilha Boas práticas agrícolas: na produção de hortaliças folhosas, 2016. Brasília. 45 p.; il. Disponível em: <https://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Cartilha-BPA-Folhosas.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

FERREIRA, M. D. **Instrumentação Pós-Colheita em Frutas e Hortaliças**, 2017. Brasília-DF: Embrapa. p. 284. ISBN: 978-85-7035-707-6.

FREITAS, C. M.; AMARAL, D. R. **Boas práticas no preparo dos alimentos**, 2015. Brasília-DF: EMATER. 27 p.; il. Disponível em: [http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha\\_boas\\_prcticas.pdf](http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha_boas_prcticas.pdf). Acesso em: 6 dez. 2023.

GOMES, C. A. O.; ALVARENGA, A. L. B.; JUNIOR, M. F.; CENCI, S. A. **Hortaliças minimamente processadas**. Coleção agroindústria familiar. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 34 p.

KLUGE, R. A.; SILVEIRA, A. C.; INESTROZA-LIZARDO, C.; BERNO, N. D. **Processamento mínimo de hortaliças: princípios e práticas**, 2016. Série Produtor Rural. n. 62. Piracicaba-SP: ESALQ-Divisão de Biblioteca. 89p.

MORETTI, C. L. **Manual de Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças**, 2007. Brasília: Embrapa Hortaliças. 531p.

NASCIMENTO, E. F.; MOLICA, E. M.; MORAES, J. S. **Vegetais minimamente processados: mercado e produção**. Brasília-DF: Emater/DF, 2000. 53 p.

NASCIMENTO NETO, F. **Recomendações básicas para a aplicação das boas práticas agropecuárias e de fabricação na agricultura familiar**. Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 243 p.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). Instituto de inovação e tecnologia. **Tecnologias emergentes para preservação dos alimentos**, 2019. Disponível em: <https://www.senairs.org.br/industria-inteligente/artigo-tecnologias-emergentes-para-preservacao-dos-alimentos>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, L.; CORREIA, A. Manual de boas práticas de fabricação para indústria fracionadora de alimentos. **Revista de Ciência e Tecnologia**, v. 16, 2009. 39-57p. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cienciatecnologia/article/viewFile/778/315>. Acesso em: 13 dez. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENGENHEIRO CIVIL

### PROGRAMA

**1.** Desenho técnico: escalas; desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. **2.** Materiais de construção: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais.

**3.** Tecnologia das construções: locação de obra; escavações e contenções; fundações rasas e profundas; formas; produção, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto; estruturas de concreto, inclusive protendido; estruturas metálicas; estruturas de madeira; alvenarias, inclusive estruturais; revestimentos; pisos; sistemas de impermeabilização; coberturas; instalações hidráulicas e sanitárias. **4.** Projeto, planejamento, gestão, execução e fiscalização de obras: organização de canteiros de obras; projeto, planejamento, gestão, execução, vistorias técnicas e fiscalização de obras de edificações, de estradas, de pavimentação e de construções em geral, inclusive de reformas; discriminação de serviços para construção de edifícios; quantificações de materiais e serviços, inclusive de reformas; inspeção predial; medições; orçamentos; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas; elaboração do "como construído" (*as built*) para edificações. **5.** Avaliação de bens: diretrizes para avaliação de bens, avaliação de imóveis urbanos, avaliação de imóveis rurais e seus componentes. **6.** Manifestações patológicas das construções: sintomas, mecanismos, causas, origens, consequências e tratamentos das deficiências das construções; sinistros na construção civil; recuperação e reforço estrutural. **7.** Topografia: equipamentos de topografia; levantamentos topográficos; desenho topográfico; cálculos topográficos. **8.** Elementos de mecânica estrutural: reconhecimento de tipos e de componentes das estruturas; tensão, deformação, propriedades mecânicas dos materiais, sistemas de carregamento. Pré-dimensionamento e dimensionamento estrutural. **9.** Noções de segurança em obras e higiene do trabalho. **10.** Desempenho nas edificações habitacionais. **11.** Acessibilidade nas edificações. **12.** Saídas de emergência em edifícios. **13.** Segurança contra incêndios. **14.** Regularização fundiária urbana (REURB).

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, U. R. **Exercícios de Fundações**. São Paulo: Blucher.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118**. Projeto de estruturas de concreto.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6122**. Projeto e execução de fundações.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7190**. Projeto de estruturas de madeira.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7678**. Segurança na execução de obras e serviços de construção.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077**. Saídas de emergência em edifícios.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12655**. Concreto de cimento Portland – Preparo, controle, recebimento e aceitação – Procedimento.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12821**. Preparação de concreto em laboratório – Procedimento.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13133**. Execução de levantamento topográfico.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14645**. Elaboração do "como construído" (*as built*) para edificações.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14653**. Avaliação de bens, partes 1, 2 e 3.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14931**. Execução de estruturas de concreto – Procedimento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575**. Edificações Habitacionais – Desempenho.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16280**. Reforma em edificações – Sistema de gestão de reformas – Requisitos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16747**. Inspeção predial – Diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16868**. Alvenaria estrutural, partes 1, 2 e 3.

AZEREDO, H. A. **O Edifício até sua cobertura**. São Paulo: Blucher.

AZEREDO, H. A. **O Edifício e seu acabamento**. São Paulo: Blucher.

BAUER, L. A. F. **Materiais de Construção**. Rio de Janeiro: LTC.

BORGES, A. C. **Prática das Pequenas Construções**. São Paulo: Blucher.

BOTELHO, M. H. C. **Concreto Armado Eu te Amo**. São Paulo: Blucher.

BOTELHO, M. H. C. **Manual de Primeiros Socorros do Engenheiro e do Arquiteto**. São Paulo: Blucher.

BOTELHO, M. H. C. **Topografia aplicada à Engenharia Civil**. São Paulo: Blucher.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis [...]; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm). Acesso em: 21 dez. 2023.

CREDER, H. **Instalações Hidráulicas e Sanitárias**. Rio de Janeiro: LTC.

HIBBELER, R. C. **Resistência dos Materiais**. São Paulo: Pearson.

LEET, K. M. **Fundamentos da análise estrutural**. Porto Alegre: AMGH.

MARCELLI, M. **Sinistros na Construção Civil**. São Paulo: Pini.

MATTOS, A. D. **Como Preparar Orçamento de Obras**. São Paulo: Pini.

MINAS GERAIS: Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico – Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias).

PFEIL, W. **Estruturas de Madeira**. Rio de Janeiro: LTC.

RAMALHO, M. A. **Projeto de edifícios de alvenaria estrutural**. São Paulo: Pini.

REBELLO, Y. C. P. **A Concepção Estrutural e a Arquitetura**. São Paulo: Zigurate.

REBELLO, Y. C. P. **Fundações**: guia prático de projeto, execução e dimensionamento. São Paulo: Zigurate.

RIBEIRO, C. C. **Materiais de Construção Civil**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

RIPPER, E. **Como evitar erros na construção civil**. São Paulo: Pini.

RIPPER, E. **Manual Prático de Materiais de Construção**. São Paulo: Pini.

RIPPER, T. **Patologia, Recuperação e Reforço de Estruturas de concreto**. São Paulo: Pini.

ROSSIGNOLO, J. A. **Concreto Leve Estrutural**. São Paulo: Pini.



SALGADO, J. **Técnicas e Práticas Construtivas para Edificação**. São Paulo: Érica.

THOMAS, E. **Trincas em Edifícios**: causas, prevenção e recuperação. São Paulo: Pini.

TUTIKIAN, B. F. **Concreto auto-adensável**. São Paulo: Pini.

TUTIKIAN, B. F. **Patologia de estruturas**. São Paulo: Ofitexto.

YAZIGI, W. **A Técnica de Edificar**. São Paulo: Pini.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENGENHEIRO DE MEIO AMBIENTE

### PROGRAMA

Análise e gerenciamento de riscos. Área de relevância ambiental e áreas de preservação permanente. Aspectos, impactos e riscos ambientais. Auditorias, fiscalizações, inspeções. Avaliação de Desempenho Ambiental – ISO 14031. Avaliação de impactos ambientais. Caracterização e recuperação de áreas degradadas, em especial do solo e da água subterrânea. Caracterização quantitativa e qualitativa do resíduo urbano. Caracterização, prevenção e controle da poluição da água, solo e atmosférica. Coleta e análise estatística de dados. Conhecimentos das normas ISO 14000:2004. Custos ambientais e cronogramas financeiros. Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão – ISO 19011. Educação ambiental. Energia elétrica e sustentabilidade. Georreferenciamento e bases geográficas. Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos – definição de resíduos sólidos. Gerenciamento de sistemas de limpeza pública. Gerenciamento do planejamento de empreendimentos; organização econômica do empreendimento arquitetônico e urbanístico; estudos de viabilidade técnica econômico-financeira. Hidrogeologia. Hidrologia. Hidrometeorologia. Infraestrutura urbana: drenagem, pavimentação e abastecimento de água, soluções de fundo de vale, proteção de encostas. Legislação aplicável à contratação de obras e serviços de engenharia. Lei nº 12.651/12 – Código Florestal Brasileiro (dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano). Lei nº 9.795/99 – Política Nacional de Educação Ambiental. Licenças ambientais, autorizações, outorgas e o cumprimento de suas condicionantes ambientais. Licenciamento ambiental. Metodologia para elaboração de laudos, relatórios e pareceres técnicos. Metodologia para realização de inspeções e vistorias. Noções de Geologia e Solos. Orçamento, licitações e contratos. Planejamento e gestão ambiental – controle de poluição, gestão do saneamento, gerenciamento de problemas ambientais. Projeto e obras em áreas urbanas. Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento de águas e efluentes para descarte e / ou reuso. Qualidade do ar, poluição atmosférica, controle de emissões. Qualidade do solo e da água subterrânea. Regulamentação para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Uso e ocupação do solo urbano: levantamento, análise, mecanismo de controle. Convivência democrática, regularização fundiária rural e urbana e Lei nº 13.465/17.

### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8419**. Apresentação de Projetos de Aterros Sanitários de Resíduos Sólidos Urbanos, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001**. Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos. ISBN 978-85-07-05801-4. ISO 2015. ABNT 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**. Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14000**. Família de normas ISO 14000. Rio de Janeiro, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14031**. Gestão Ambiental: avaliação de desempenho ambiental – Diretrizes. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 19011**. Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO/IEC 31010**. Gestão de riscos – Técnicas para o processo de avaliação de riscos. ABNT, 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas esgotos**: atualização da base de dados de estações de tratamento de esgotos no Brasil. Brasília, Brasil: ANA, 2020. 44 p.

ANTONOVZ, Tatiane; MAZZAROPPI, Marcos. **Análise de riscos**. Grupo A, 2018. *E-book*. ISBN 9788595023093.

AZEVEDO NETTO, J. M. **Manual de hidráulica**. 9. ed. São Paulo: Blucher, 2018.

BAPTISTA, M. B.; COELHO, M. M. L. P. **Fundamentos de Engenharia Hidráulica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

BARBOSA, Rildo P. **Avaliação de Risco e Impacto Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2014. *E-book*. ISBN 9788536521510.

BARSANO, Paulo R.; BARBOSA, Rildo P. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2017. *E-book*. ISBN 9788536521596.

BOSCOV, M. E. G. **Geotecnia Ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 248p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para avaliação de impacto ambiental. Brasília, 1986.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 357/2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 420/2009**. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 430/2011**. Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 491/2018**. Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 501/2021**. Altera a Resolução nº 382/2006, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Brasília, 1979.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e atualizações**. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e suas alterações. Brasília, 1981.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e atualizações**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e suas alterações. Brasília, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e atualizações**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e atualizações**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas alterações. Brasília, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Brasília, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021**. Lei de licitações e contratos administrativos. Brasília, 2021.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 526 p.

CARPINETTI, Luiz Cesar R.; GEROLAMO, Mateus C. **Gestão da Qualidade ISO 9001**: 2015. Grupo GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788597007046.

CARVALHO, Michele. **Conhecendo o Orçamento de Obras**. Grupo GEN, 2019. *E-book*. ISBN 9788595150768.

CHERNICHARO, C. A. L. **Princípios do tratamento biológico de águas residuárias: reatores anaeróbios**. 2. ed. v. 5. Belo Horizonte: DESA-UFMG, 2007. 379p.

CUNHA, Michely Freire Fonseca. **Manual da Regularização Fundiária: REURB**. São Paulo: Juspodivm, 2021.

ESPÍNDOLA, S. G. **Regularização Fundiária: aspectos gerais e processamento no Cartório de Registro de Imóveis**. 2021.

HINRICHS, Roger A.; KLEINBACH, Merlin. **Energia e meio ambiente**. Cengage Learning Brasil, 2014. *E-book*. ISBN 9788522116881.

HIPÓLITO, J. R.; VAZ, A. C. **Hidrologia e Recursos Hídricos**. Lisboa: IST Press, 2011.

MACHADO, Vanessa S. **Princípios de climatologia e hidrologia**. Grupo A, 2017. *E-book*. ISBN 9788595020733.

MATOS, A. T. **Poluição Ambiental: impactos no meio físico**. Viçosa-MG: Editora UFV, 2010. 264p.

METCALF; EDDY. **Wastewater Engineering: treatment and reuse**. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 2012.

MONTGOMERY, D., RUNGER, G. **Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. 467 p.

RODRIGUES, Rodrigo B. **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Saraiva, 2021. *E-book*. ISBN 9786555598230.

SICSÚ, Abraham L.; DANA, Samy. **Estatística aplicada: análise exploratória de dados**. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*. ISBN 9788502177574.

STEIN, Ronei T. **Avaliação de impactos ambientais**. Grupo A, 2018. *E-book*. ISBN 9788595023451.

TRSIC, Milan; FRESQUI, Maíra C. **Curso de Química para Engenharia**. v. 1: Energia. Barueri-SP: Manole, 2012. *E-book*. ISBN 9788520435045.

TUCCI, C. E. M. **Hidrologia**: ciência e aplicação. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS/ABRH, 2001.

VON SPERLING, Marcos. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. Marcos von Sperling. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 472p. il.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

### PROGRAMA

Vigilância Sanitária: conceitos, áreas de abrangência, funções. Controle sanitário dos estabelecimentos, produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária. Boas práticas para serviços de alimentação. Boas práticas em serviços de saúde. Qualidade da água para consumo humano. Manejo de resíduos. Controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Segurança do paciente. Controle de infecção. Processamento de produtos para a saúde. Vigilância em saúde, vigilância epidemiológica e ambiental, saneamento, processo administrativo.

### REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Lei nº 13.317, de 24/09/1999**. Código de Saúde do Estado de Minas Gerais e atualizações. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/13317/1999/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Caderno 1 – Assistência Segura – Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-1-assistencia-segura-uma-reflexao-teorica-aplicada-a-pratica.pdf/view>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de limpeza e desinfecção de superfícies**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-de-limpeza-e-desinfeccao-de-superficies.pdf/view>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria GM/MS 2616/1998**. Expede na forma dos anexos I, II, III, IV e V, diretrizes e normas para prevenção e o controle das infecções hospitalares. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria/SVS nº 344, de 12 de maio de 1998, e alterações**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/afa6ba3b-c35b-41c6-9ce9-30cef5e04249>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 15/2012**. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/e08bf584-0ea3-47da-a053-648a1c87f45d>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 36/2013**. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009, e alterações**. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br> (a14d0d1b-dea0-4f94-86c3-4183824659e7). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 63 de 25 de novembro de 2011**. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 197/2017**. Requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br> (316268f4-2645-42b6-b948-21412fc60f75). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004, e alterações**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216\\_15\\_09\\_2004.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 611/2022**. Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br> (c552d93f-b80d-408e-92a0-9fa3573f6d46). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021**. Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0888\\_07\\_05\\_2021.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0888_07_05_2021.html). Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e alterações**. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9782.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm). Acesso em: 13 dez. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Resolução SES nº 8.115, 18 de abril de 2022**. Aprova o Regulamento Técnico que estabelece os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Interesse da Saúde, no âmbito do Estado de Minas. Disponível em: [https://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com\\_gmg&controller=document&id=23498-resolucao-ses-n-8115-18-de-abril-de-2022?layout=print](https://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=23498-resolucao-ses-n-8115-18-de-abril-de-2022?layout=print). Acesso em: 13 dez. 2023.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FISIOTERAPEUTA

### PROGRAMA

Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Fisioterapia aplicada à saúde da mulher, criança, adolescente, idoso e do trabalhador. Cinesilogia e cinesioterapia. Ergonomia. Indicação, contra-indicação, técnicas, aplicação e efeitos fisiológicos de recursos terapêuticos utilizados na mecanoterapia, hidroterapia, massoterapia, eletroterapia, termoterapia e crioterapia. Órteses e próteses. Prevenção e promoção da saúde. Avaliação, diagnóstico, testes e condutas fisioterapêuticas utilizadas nas disfunções musculoesqueléticas, neurofuncionais, uroginecológicas, dermatofuncionais, reumatológicas, oncológicas, respiratórias e cardiovasculares. Fisioterapia na reabilitação da criança autista.

## REFERÊNCIAS

BARACHO, Elza. **Fisioterapia Aplicada à Saúde da Mulher**. 6. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018.

BARBOSA, Rafael I.; SILVA, Marcelo F. **Fisioterapia traumato-ortopédica**. Grupo A, 2021.

BÉLANGER, Alain-Yvan. **Recursos Fisioterapêuticos: Evidências que fundamentam a prática clínica**. 2. ed. Barueri-SP: Manole, 2012.

CAMARGOS, Ana Cristina R. *et al.* **Fisioterapia em pediatria**. Da evidência à prática clínica. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2019.

COFFITO. **Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia**. 2013.

FONSECA, Cristiane Araújo; NASCIMENTO, Giselly Sousa do; SILVA, Karla Camila Correia; MACIEL, Daniela Maristane Vieira Lopes. Contribuição da fisioterapia no desenvolvimento psicomotor da criança com transtorno do espectro autista: uma revisão bibliográfica. **Revista Novos Desafios**, Guaraí, v. 1, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://novosdesafios.inf.br/index.php/revista/article/view/9>. Acesso em: 21 dez. 2023.

HOUGLUM, Peggy A.; BERTOTI, Dolores B. **Cinesilogia Clínica de Brunnstrom**. 6. ed. Barueri-SP: Manole, 2014.

KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn A.; BORSTAD, John. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 7. ed. Barueri-SP: Manole, 2021.

LIEBANO, Richard E. **Eletroterapia Aplicada à Reabilitação: dos fundamentos às evidências**. Thieme Brazil, 2021.

MACHADO, Maria da Glória R. **Bases da Fisioterapia Respiratória**. Terapia Intensiva e Reabilitação. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018.

MAGEE, David J. *et al.* **Prática da Reabilitação Musculoesquelética: princípios e fundamentos científicos**. Barueri-SP: Manole, 2013.

O'SULLIVAN, Susan B. *et al.* **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. 6. ed. Barueri-SP: Manole, 2018.

O'SULLIVAN, Susan B.; SCHMITZ, Thomas J. **Reabilitação na prática**. 2. ed. Barueri-SP: Manole, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PAIM, Jairnilson S.; ALMEIDA-FILHO, Naomar de. **Saúde Coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2022.

SANTOS, C. C. C. dos; SANTOS JÚNIOR, J. D. dos; HOLANDA, A. C. S. de; SILVA, A. G.; FERREIRA JÚNIOR, E. J.; LOPES, R. F.; SILVA, G. A. da; FERRO, E. F. C. M.; SILVA NETO, J. M. da. Efeitos da

Fisioterapia precoce na reabilitação de crianças com TEA: uma revisão Sistemática. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, e191111435246, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35246>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35246>. Acesso em: 21 dez. 2023.

STARKEY, Chad. **Recursos Terapêuticos em Fisioterapia**. 4. ed. Barueri-SP: Manole, 2017.

TECKLIN, Jan S. **Fisioterapia pediátrica**. 5. ed. Barueri-SP: Manole, 2019.

TUDELLA, Eloisa; FORMIGA, Cibelle Kayenne Martins Roberto. **Fisioterapia neuropediátrica: abordagem biopsicossocial**. Barueri-SP: Manole, 2021.

WIBELINGER, Lia M. **Fisioterapia em Geriatria**. Thieme Brazil, 2015.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÉDICO VETERINÁRIO

### PROGRAMA

Vigilância sanitária dos alimentos. Doenças transmitidas por alimentos. Inspeção e tecnologia de produtos de origem animal, industriais e artesanais. Zoonoses infecciosas e parasitárias dos animais domésticos e de produção. Epidemiologia geral e aplicada à Medicina Veterinária. Programas nacionais de saúde animal do Brasil – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Clínica médica e cirúrgica de animais domésticos e de produção. Castração de cães e gatos. Patologia de animais domésticos e de produção. Programas sanitários para controle e ou erradicação de enfermidades de interesse médico veterinário, com ênfase em tuberculose e brucelose. Medicina veterinária do coletivo.

### REFERÊNCIAS

EVANGELISTA J. **Tecnologia de alimentos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008. 652p.

FONSECA, C. B. **Tecnologia de produtos de carnes e seus termos: nosso tesouro nossa tradição**. São Paulo: Salesiana, 2012. 211p.

FOSSUM, T. W. **Cirurgia de pequenos animais**. 4. ed. São Paulo: Elsevier, 2014. 1640p.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. 6. ed., Barueri-SP: Manole, 2019. 896p.

JOSÉ, A. R. S.; SOUZA, I. V. B.; MOURA, J. I. L.; REBOUÇAS, T. N. H. **Brucelose e Tuberculose Bovina**. Embrapa, 2004. 94p.

MEGID, J.; RIBEIRO, M. G.; PAES, A. C. **Doenças infecciosas em animais de produção e de companhia**. São Paulo: Roca, 2018. 1272p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Legislação**. Programas Nacionais de Saúde Animal do Brasil, 2009. pp. 440.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Brucelose e tuberculose**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/pncebt/brucelose- bovina>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal – PNCEBT**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/pncebt/controle-e-erradicao-da-brucelose-e-tuberculose-pncebt>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade de Produtos de Origem Animal**. Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/defesa-agropecuaria/copy\\_of\\_suasa/regulamentos-tecnicos-de-identidade-e-qualidade-de-produtos-de-origem-animal-1/regulamentos-tecnicos-de-identidade-e-qualidade-de-produtos-de-origem-animal](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/defesa-agropecuaria/copy_of_suasa/regulamentos-tecnicos-de-identidade-e-qualidade-de-produtos-de-origem-animal-1/regulamentos-tecnicos-de-identidade-e-qualidade-de-produtos-de-origem-animal). Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de tecnovigilância: abordagens de vigilância sanitária de produtos para a saúde comercializados no Brasil** / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília. Ministério da Saúde, 2010. pp. 629.

ORNELLAS, C. B. D.; SANTOS, W. L. M. Inspeção de produtos de origem animal. **Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia**. FEPMVZ Editora. 2015, 142 p.

SOARES, D. F. M. Introdução à Medicina Veterinária do Coletivo. **Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia**. FEPMVZ Editora. 2016, 77p.

SOARES, D. F. M. Leishmaniose visceral. **Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia**. FEPMVZ Editora. 2012, 138p.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PSICÓLOGO

### PROGRAMA

Avaliação psicológica no contexto forense – Objetivo, Métodos e técnicas de avaliação. Código de Ética Profissional do Psicólogo; Elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo.

Dimensões do desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Entrevista psicológica- Tipos e objetivos de entrevistas: Anamnese, Triagem, dentre outras.

Funções psíquicas elementares e suas alterações; Síndromes e Transtornos mentais.

Rede de Atenção Psicossocial – RAPS - Ministério da Saúde

### REFERENCIAL SUGERIDO:

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtorno – DSM 5. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BENELLI, Silvio José O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas / Silvio José Benelli. - 1. ed. - São Paulo: Ed. da UNESP Digital, 2016. Scielo Books

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).

BRASIL. Ministério da Saúde. [Rede de Atenção Psicossocial \(RAPS\) — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

CUNHA, J. A. et al. Psicodiagnóstico. 5. ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Cartilha de Avaliação Psicológica. Brasília, agosto de 2022  
3ª Edição.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Resolução nº 6, de 29 de março de 2019, que institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: Resolução nº 09/2018, que estabelece as diretrizes básicas para a realização de avaliação psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo.

Papalia, Diane E.;Feldman, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano [recurso eletrônico] 12ª. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : McGrawHill, Artmed: 2013. Disponível em :<https://www.obbiotec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/OBJ-livro-Desenvolvimento-Humano.pdf>. Acesso em 05.12.23

SCHNEIDER, A. *et al.* Planejamento da avaliação psicológica: implicações para a prática e para a formação. **SciELO preprints**, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/521/658>. Acesso em 05.12.23

Acrescentado em 19.12.23

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental no SUS: Os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Referenciais a acrescentar:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental no SUS: Os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

HUTZ, Claudio Simon; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; ROVINSK, Sônia L R. LAGO, Vivian de Medeiros- org. Avaliação psicológica no contexto forense. Porto Alegre: Artmed, 2020.

Artigo: Magnus, Aline; Lago,Vivian de Medeiros: PROCESSOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA FORENSE EM SITUAÇÃO DE DISPUTA DE GUARDA NA REGIÃO SUL BRASILEIRA. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 580-604, agosto. 2020. Disponível em: [periodicos.pucminas.br](http://periodicos.pucminas.br). Acesso em 19.12.2023

Artigo: Fazeres, sonhos, fantasias, caminhares: o trabalho em Arte e Cultura e a atenção psicossocial. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org>

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM INTERVENÇÃO

### PROGRAMA

Segurança de alimentos na perspectiva da saúde pública. Fatores intrínsecos e extrínsecos relacionados a contaminação e crescimento de microrganismos em alimentos. Microrganismos indicadores. Conhecimentos básicos dos métodos de análise convencionais. Principais alterações dos alimentos. Seleção, transporte e preparo de amostras. Principais doenças relacionadas a alimentos. Análises e medidas de controle recomendadas para avaliação da qualidade de alimentos. Inspeção de produtos de origem vegetal (...). [Lei Federal nº 9.972/2000](#). [Decreto Federal nº 6.268/2007](#). Artigos 1º a 13º. Classificações, operações de compra e venda de alimentos

pelo poder público e regulamentações. Instrução Normativa nº 05 de 31 de março de 2000. Lista de Verificação do Programa de Segurança de Alimentos de Origem Vegetal. Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 Inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos de origem animal. Conhecimentos gerais sobre a fiscalização e inspeção de produtos de origem animal. [Divisão dos serviços de inspeção. Verificando se um produto de origem animal foi inspecionado. Importância da fiscalização e inspeção dos produtos de origem animal - POA.](#) LEI Nº 11.129, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018 - Altera a Lei nº 7.031/96, que "Dispõe sobre a normatização complementar dos procedimentos relativos à saúde pelo Código Sanitário Municipal e dá outras providências". Lei nº 13.317, de 24/09/1999 estabelece o Código de saúde do Estado de Minas Gerais (texto atualizado). LEI nº 8616, DE 14 DE JULHO DE 2003. (Decreto nº 14.060/2010) Código de posturas municipais de Belo Horizonte. Disposições, princípios, normas legais, infração sanitária, processo administrativo, autoridade sanitária, regulamentação da prestação de serviço; geração, minimização, acondicionamento, armazenamento, transporte e disposição final de resíduos (...).

Conhecimentos em administração de materiais e estoques. Funções. Políticas e princípios de controle de estoques. Acondicionamento. Embalagens. Estocagem de materiais. Movimentação de materiais. Previsão para estoques. Custos de estoques. Sistemas de controle de estoques. Avaliação de estoques.

#### REFERÊNCIAS:

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais. Princípios, conceitos e gestão. Ed. Atlas. São Paulo, 2014.

Lista de Verificação do Programa de Segurança de Alimentos de Origem Vegetal Uma solução de acesso ao mercado global de alimentos de origem vegetal. Janeiro, 2023.

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/programa-de-seguranca-de-alimentos-de-origem-vegetal-2013-psaov-pasta/lista-de-verificacao-PSOV.pdf

RIBEIRO, Laryssa Freitas. Inspeção de Produtos de Origem Animal. 1ª Ed. Editora Fucamp. UniFucamp. Monte Carmelo – MG, 2023

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animais>

MANTILLA, [Samira Pirola Santos](#). Doutorado em Higiene Veterinária e Processamento Tecnológico de Produtos de Origem Animal (UFF, 2010) Mestrado em Higiene Veterinária e Processamento Tecnológico de Produtos de Origem Animal (UFF, 2006) Graduação em Medicina Veterinária (UFF, 2005). <https://www.infoescola.com/medicina-veterinaria/fiscalizacao-e-inspecao-de-produtos-de-origem-animais/#:~:text=Todos%20os%20produtos%20de%20origem,%2C%20SIM%2C%20SIF%20ou%20SIF>.

<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2018/1113/11129/lei-ordinaria-n-11129-2018-altera-a-lei-n-7031-96-que-dispoe-sobre-a-normatizacao-complementar-dos-procedimentos-relativos-a-saude-pelo-codigo-sanitario-municipal-e-da-outras-providencias>

<https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-belo-horizonte-mg>

<http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/diretoria-de-alimentos/>

<https://www.almq.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/13317/1999/?cons=1>

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9972.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9972.htm)

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6268.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6268.htm)

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/programa-de-seguranca-de-alimentos-de-origem-vegetal>

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TERAPEUTA OCUPACIONAL

### PROGRAMA

Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes. Rede de Atenção Psicossocial: projeto terapêutico singular; matriciamento; economia solidária. Objeto da Terapia Ocupacional. Foco: autismo e CAPS.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas do espectro autista e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2015. 159p. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_atencao\\_pessoas\\_transtorno.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf). Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. **O SUS no seu município: garantindo saúde para todos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 40p. Disponível em: <http://sna.sau.gov.br/download/Cartilha%20Sus%20e%20os%20Municipios.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 7.889 de 23 de novembro de 1989**. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7889.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7889.htm). Acesso em: 22 dez. 2023.

FERRO, L. F.; FRANZOLOSO, C. L. S.; BURNAGUI, J. G. Redes de economia solidária: estratégias para a captação de recursos. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba-SP, v. 46, n. 2, p. 469–495, 2020. DOI: 10.22484/2177-5788.2020v46n2p469-495. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/3943>. Acesso em: 6 dez. 2023.

FRANCISCO, B. R. **Terapia Ocupacional**. Campinas-SP: Papyrus, 2001. 96p.

GOMES, D., TEIXEIRA, L., RIBEIRO, J. **Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo**. 4. ed. 2021. Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020). Politécnico de Leiria.



**ANEXO VI – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES**  
**Consolidado a errata nº 02**



<b>Atividades</b>	<b>Datas de referências</b>
Período de isenção	20 a 22/02/2024
Divulgação do resultado preliminar da análise de isenção	08/03/2024
Período de inscrição e pagamento do boleto	20/02 a 19/04/2024
Divulgação do resultado preliminar das inscrições deferidas, condições especiais para realização da prova e reserva de vagas PCD	30/04/2024
Publicação do CDI confirmando a data da prova, divulgação do local e horário de realização das provas (O CDI estará disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.gestaodeconcursos.com.br">www.gestaodeconcursos.com.br</a> ), para consulta e impressão pelo próprio candidato	Até 20/05/2024
Data da prova	26/05/2024
Decisão dos recursos contra o gabarito preliminar, divulgação do gabarito oficial e resultado preliminar da prova objetiva	24/06/2024
Decisão dos recursos contra o resultado preliminar, divulgação do resultado final da prova objetiva e resultado preliminar da prova de redação	16/07/2024
Decisão dos recursos contra a prova de redação, resultado final da prova de redação e resultado preliminar do concurso	31/07/2024
Resultado final	18/08/2024

\* As datas de referências podem sofrer alteração mediante a publicação de aviso nos sites: [www.ciesp.mg.gov.br](http://www.ciesp.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br)

\*\* A divulgação do calendário não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público, divulgadas nos sites do CIESP e da FUNDEP.

\*\*\* As atividades que não foram previstas no calendário cabem ao candidato acompanhar as publicações.

\*\*\*\* O candidato que não acompanhar as divulgações oficiais no site do CIESP e da Fundep não poderá alegar desconhecimento sobre os atos publicados, mesmo que estes não estejam no calendário de atividades

Atividades	Datas de referências
Período de isenção	20 a 22/02/2024
Divulgação do resultado preliminar da análise de isenção	04/03/2024
Período de inscrição e pagamento do boleto	20/02 a 22/03/2024
Divulgação do resultado preliminar das inscrições deferidas, condições especiais para realização da prova e reserva de vagas PCD	03/04/2024
Publicação do CDI confirmando a data da prova, divulgação do local e horário de realização das provas (O CDI estará disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.gestaodeconcursos.com.br">www.gestaodeconcursos.com.br</a> ), para consulta e impressão pelo próprio candidato	Até 29/04/2024
Data da prova	05/05/2024
Decisão dos recursos contra o gabarito preliminar, divulgação do gabarito oficial e resultado preliminar da prova objetiva	27/05/2024
Decisão dos recursos contra o resultado preliminar, divulgação do resultado final da prova objetiva e resultado preliminar da prova de redação	28/06/2024
Decisão dos recursos contra a prova de redação, resultado final da prova de redação e resultado preliminar do concurso	19/07/2024
Resultado final	05/08/2024

\* As datas de referências podem sofrer alteração mediante a publicação de aviso nos sites: [www.ciesp.mg.gov.br](http://www.ciesp.mg.gov.br) e [www.gestaodeconcursos.com.br](http://www.gestaodeconcursos.com.br)

\*\* A divulgação do calendário não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público, divulgadas nos sites do CIESP e da FUNDEP.

\*\*\* As atividades que não foram prevista no calendário cabe ao candidato acompanhar as publicações.

\*\*\*\* O candidato que não acompanhar as divulgações oficiais no site do CIESP e da Fundep não poderá alegar desconhecimento sobre os atos publicados, mesmo que estes não estejam no calendário de atividades